



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINA MIRA MARIA CORIOLANO

**“O que pensam os militantes sobre Direitos Humanos?”  
Um Estudo em Recife a partir da Teoria das Representações Sociais**

Recife  
2021

ALINA MIRA MARIA CORIOLANO

**“O que pensam os militantes sobre Direitos Humanos?”  
Um Estudo em Recife a partir da Teoria das Representações Sociais**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima de Souza Santos

Recife  
2021

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva, CRB4-1260

C798q Coriolano, Alina Mira Maria.  
“O que pensam os militantes sobre Direitos Humanos?":Um Estudo em Recife a partir da Teoria das Representações Sociais / Alina Mira Maria Coriolano. – 2021.  
114 f.: il.; 30 cm.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima de Souza Santos.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2021.  
Inclui referências e apêndices.

1. Psicologia. 2. Justiça e igualdade. 3. Percepção social. 4. Grupo de esquerda. 5. Ciclo vital humano – Aptidão física em jovens. I. Santos, Maria de Fátima de Souza (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2021-111)

**ALINA MIRA MARIA CORIOLANO**

**“O QUE PENSAM OS MILITANTES SOBRE DIREITOS HUMANOS?” UM  
ESTUDO EM RECIFE A PARTIR DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES  
SOCIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: 30/03/2021

**BANCA EXAMINADORA**

*Participação via Videoconferência*

---

**Profª. Drª. Maria de Fátima de Souza Santos  
(Orientadora/Presidente)  
Universidade Federal de Pernambuco**

*Participação via Videoconferência*

---

**Prof. Dr. Manoel de Lima Acioli Neto  
(Examinador Externo)  
Universidade Federal da Bahia**

*Participação via Videoconferência*

---

**Profª. Drª. Maria Isabel Patrício de Carvalho Pedrosa  
(Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco**

**OBSERVAÇÃO**

A defesa em epígrafe foi realizada integralmente, por videoconferência, envolvendo a Banca Examinadora e o(a) discente, através de recursos de videoconferência, que possibilitaram realizar a discussão acadêmica sobre o objeto de estudo, com som e imagem. A defesa assim ocorreu, em virtude da suspensão das atividades acadêmicas presenciais, adotada pelo Consórcio Pernambuco Universitatis e os Institutos Federais do Estado de Pernambuco, por período indeterminado (UPE, UFPE, UFRPE, IFPE, IFR Sertão, UNICAP e UNIVASF), considerando a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19).

Cresci ouvindo meu pai dizer: “Sua avó foi até o Ginásio, eu fui até o Segundo Grau e você pode ir para a universidade. Cada geração tem a responsabilidade de caminhar um pouco mais.”

Dedico esta dissertação aos que caminharam antes de mim: minha mãe (in memoriam), minha vó Linda (in memoriam) e meu pai.

## AGRADECIMENTOS

Uma das lições mais valiosas que minha orientadora me ensinou é que não se faz pesquisa sozinho. A ciência é uma produção coletiva. Aqui registro meu agradecimento a todas as pessoas e a tudo que contribuiu para esta dissertação.

Agradeço:

A Deus e à espiritualidade.

À minha família que tem sido grande incentivadora e apoiadora antes e durante toda esta jornada de ingresso e permanência na universidade. Agradeço ao meu pai por ter estado ao meu lado durante cada incerteza, cada medo e cada conquista. Ninguém acreditou mais do que você que eu poderia ocupar esses espaços. Obrigada por me ajudar de todas as maneiras que sabia e podia. Agradeço também ao meu irmão Kim por todo apoio, torcida e ajuda com os participantes.

A Fátima Santos, orientadora magnânima. Você foi a pessoa que me fez enxergar que ser pesquisadora era uma possibilidade real para mim. Agradeço por me tirar da minha zona de conforto, me apresentar possibilidades e construir estratégias comigo. Agradeço também por fazer isto com muita leveza e dedicação. Você é um achado!

À Universidade Federal de Pernambuco: lugar que um dia sonhei em fazer parte. Hoje, é minha realidade e me oportunizou conhecimento, conhecer muitas pessoas e lugares importantes para minha formação pessoal e profissional.

A Phagner Ramos por participar desde “a expectativa e organização dos bastidores até a hora dos aplausos”. Você é e tem sido um amigo incrível e um parceiro acadêmico instigante. Agradeço pelo companheirismo que vem de antes, permanece durante e continua depois do mestrado.

A Renata Aléssio por me acolher, me inspirar e me ensinar.

A minha querida turma de mestrado pelas sugestões, dúvidas e questionamentos sobre minha pesquisa; pelo acolhimento, cuidado e carinho durante este percurso e depois dele. Obrigada, Bruniele Santos, Daniel Coelho, Diego Henrique, Everton Resende, Gabriela Finco, Jéssica Tenório, José Oliveira, Juliana Costa, Karine Mendes, Naianna Santos, Raiza Lins, Tamires Lima, Tatiana Machado e Wellington Albuquerque.

A Paulo Menandro, Isabel Pedrosa e Manoel Acioli Neto por compartilharem seu conhecimento e por fazê-lo com generosidade e bom humor. Sinto-me muito feliz por ter vocês nas minhas bancas.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por possibilitar que eu pudesse concluir o mestrado através do apoio financeiro.

Aos docentes e as docentes do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFPE pelas trocas ao longo do curso e durante as reuniões de colegiado. Agradeço de modo particular a Aline Lacerda, Karla Galvão e Maria Lúcia Simas pelas inestimáveis contribuições sobre o fazer pesquisa, fazer psicologia e fazer pesquisa em psicologia.

Aos parceiros e parceiras do Laboratório de Interação Social Humana. Não tenho dúvidas que nossos encontros foram muito importantes para minha formação e para a realização desta dissertação.

A todas, todes e todos participantes por aceitarem contribuir com minha pesquisa e pelo tempo dedicado a isto.

## RESUMO

Direitos humanos é uma pauta que mobiliza muito as discussões em sociedade. Em um momento de intensa polarização política e considerando as disputas que envolvem esta pauta, surge a proposta de investigar sobre direitos humanos a partir de grupos que participam e constroem estes debates. A Teoria das Representações Sociais foi utilizada como referencial teórico nesta pesquisa e, de modo particular, a articulação entre as abordagens societal, proposta por Willem Doise, e estrutural, proposta por Jean-Claude Abric. O presente estudo teve como objetivo analisar as representações sociais de direitos humanos para jovens militantes de orientação social. Os participantes desta pesquisa foram militantes da cidade do Recife - PE entre 18 e 29 anos de diferentes identidades de gênero e estratos sociais. Foi realizada a técnica de associação livre de palavras com 50 militantes e, em outro momento, foram realizadas entrevistas com 5 destes jovens. Os dados foram analisados a partir de dois procedimentos: para as evocações livres foram realizadas a análise de similitude e a análise prototípica e para as justificativas foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente. Todas as análises foram feitas com o apoio do *software* Iramuteq. Os resultados evidenciaram que na zona central encontramos elementos atitudinais (luta) e conceituais (valores sociais: justiça, igualdade, dignidade e liberdade). Através das produções discursivas, são ressaltadas pessoas e grupos pertencentes a minorias sociais e é dado ênfase a direitos sociais e coletivos. Por meio destes dados, é possível identificar os debates sobre as disputas para a consolidação e garantia dos direitos humanos, sua importância, conquistas e objetivos a serem alcançados. Por fim, é apresentado um alerta metodológico sobre a nomeação nesta pesquisa.

**Palavras-chave:** direitos humanos; representações sociais; militância; juventude.

## ABSTRACT

Human rights are issues that mobilizes many discussions in society. At a time of intense political polarization and considering the disputes surrounding this issue, arises the proposal to investigate human rights from groups that participate and build these debates. The Theory of Social Representations was used as a theoretical framework in this research and, in particular, the articulation between societal approach, proposed by Willem Doise, and structural approach, proposed by Jean-Claude Abric. The present study aimed to analyze the social representations of human rights for young socially oriented activists. The participants of this research were activists from the city of Recife - PE between 18 and 29 years old of different gender identities and social strata. The free association data technique was carried out with 50 activists and, at another time, interviews were conducted with 5 of these young people. The data were analyzed using two procedures: for free evocations, similarity analysis and prototypical analysis were performed, and for the justifications, the Descending Hierarchical Classification was performed. All analyzes were performed with the support of the Iramuteq software. The results showed that in the central zone we find attitudinal (fight) and conceptual (social values: justice, equality, dignity and freedom) elements. In discursive productions, people and groups belonging to social minorities are highlighted, and social and collective rights are emphasized. Through these data it is possible to notice the disputes for the guarantee of human rights, their importance, accomplishments and objectives to be achieved. Finally, a methodological alert about the nomination in this research is presented.

**Keywords:** human rights; social representations; activism; youth.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>POR QUE FALAR DE DIREITOS HUMANOS?</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS</b>	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>JUVENTUDE(S) E MILITÂNCIA(S)</b>	<b>32</b>
<b>5</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>46</b>
5.1	OBJETIVO GERAL	46
5.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	46
<b>6</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>47</b>
6.1	NATUREZA DA PESQUISA	47
6.2	INSTRUMENTOS	47
6.3	PARTICIPANTES	48
6.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
6.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	50
6.6	ASPECTOS ÉTICOS	51
<b>7</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>53</b>
7.1	CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES	53
7.2	CAMPO COMUM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	56
7.3	VALORES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	59
7.4	POSICIONAMENTOS FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS	61
7.4.1	Respeito e Violação dos Direitos Humanos: Exemplos Práticos no Contexto Vivido	69
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>77</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>
	<b>APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO</b>	<b>93</b>
	<b>APÊNDICE B – ASSOCIAÇÃO LIVRE</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA</b>	<b>95</b>
	<b>APÊNDICE D – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>96</b>
	<b>APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA</b>	<b>100</b>
	<b>APÊNDICE F – OCUPAÇÕES DOS PARTICIPANTES A PARTIR</b>	<b>104</b>

<b>DA IDENTIDADE DE GÊNERO</b>	
<b>APÊNDICE G – GRUPOS, INSTITUIÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS DE MILITÂNCIA NOS QUAIS OS PARTICIPANTES CONTRIBUEM</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE H – CAUSAS DEFENDIDAS DESCRITAS PELOS PARTICIPANTES</b>	<b>107</b>
<b>APÊNDICE I – ATIVIDADES REALIZADAS ENQUANTO MILITANTES DESCRITAS PELOS PARTICIPANTES</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE J – FREQUÊNCIAS MÚLTIPLAS DAS EVOCAÇÕES A PARTIR DA TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS</b>	<b>111</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Falar sobre direitos humanos e militância é muito desafiador e, possivelmente, ainda mais desafiador em um momento de intensa e extrema polarização política. Entretanto, este é também um importante momento histórico para pesquisas em ciências humanas e sociais possibilitando uma melhor compreensão sobre estes fenômenos e suas implicações no atual contexto brasileiro. Eis o desafio.

Para iniciar este debate, no capítulo “Por que falar de direitos humanos?” apresentamos sobre a criação dos direitos humanos nos contextos histórico, social e político. A respeito do Brasil, relembramos a relação dos direitos humanos com a Constituição Federal Brasileira de 1988 e com outros importantes documentos e declarações das quais o Brasil é signatário. Discutimos também sobre definições e características que envolvem este tão contraditório conceito e as disputas ideológicas e discursivas no Brasil. Por fim, buscamos apresentar as formas que a pauta dos direitos humanos tem sido discutida no Brasil atualmente.

No capítulo seguinte, “Psicologia e direitos humanos”, compreendemos que os direitos humanos podem ser objeto de pesquisa de muitas áreas do conhecimento científico, mas circunscrevemos nossa produção dentro das contribuições em psicologia. Diante esta circunscrição, exploramos pontualmente as relações entre psicologia e direitos humanos em contextos e formas diversas e, de modo mais particular, propomos uma análise a partir do arcabouço teórico oriundo da psicologia social. A Teoria das Representações Sociais foi utilizada como marco teórico de nossa pesquisa e foi justificada como uma estratégia possível para compreensão dos dados de pesquisa.

Ao apresentar nossos participantes de pesquisa, no capítulo “Juventude(s) e Militância(s)” analisamos o uso das nomenclaturas adolescente e jovem para construção de nossa amostra. Apresentamos também os parâmetros que foram utilizados para determinar os critérios de inclusão que foram empregados para selecioná-los. Além disso, através da revisão de literatura das produções sobre representações sociais de adolescentes e jovens no Brasil, foi possível uma compreensão como estes são representados por diferentes grupos. A partir disto, insere-se a questão do comportamento político dos jovens e, conseqüentemente, na militância exercida por estes. A militância é ainda diferida do ativismo e se busca

caracterizar o que estamos concebendo enquanto posicionamentos políticos e suas possibilidades.

Exposto isto, foram descritos nossos “Percurso(s) Metodológico(s)”: natureza da pesquisa realizada, instrumentos de produção dos dados, participantes, procedimentos metodológicos e de análise e aspectos éticos. Posteriormente, foram apresentados nossos resultados de pesquisa, a partir dos dados produzidos com os participantes, e nossa reflexão a partir destes. Por fim, evidenciamos algumas limitações que ocorreram em nossa pesquisa, suas contribuições, algumas indicações metodológicas e sugestões para pesquisas futuras.

## 2 POR QUE FALAR DE DIREITOS HUMANOS?

Partimos da compreensão de que “Tudo o que puder ser falado, escrito, pesquisado, discutido sobre Direitos Humanos, em nossa sociedade brasileira e neste momento histórico, é bem-vindo” (GUARESCHI, 2004, p. 7). Apesar de o contexto e o momento histórico terem sido distintos, a afirmação continua atual.

Foge aos nossos propósitos apresentar uma perspectiva histórica sobre os direitos humanos, mas acentuamos que alguns autores descrevem que os primórdios do que nomeamos como direitos humanos hoje podem ser encontrados desde a Idade Antiga (LIMA, 2017). Apesar de todo tempo percorrido na história da humanidade, somente após as guerras mundiais foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) “considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995, p. 02).

A partir disso, propomos discutir o que são e para quem são os direitos humanos. Ressalta-se que tanto as concepções sobre direito quanto sobre humano são relacionais e estão em contínua (re)construção (GUARESCHI, 2004; CARBONARI, 2007). Assim, Benevides (2007) caracteriza que:

Direitos humanos são aqueles comuns a todos, a partir da matriz do direito à vida, sem distinção alguma decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo (cor da pele, traços do rosto e cabelo etc), da etnia, nacionalidade, sexo, faixa etária, presença de incapacidade física ou mental, nível socioeconômico ou classe social, nível de instrução, religião, opinião política, orientação sexual, ou de qualquer tipo de julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca de todo ser humano. (p. 336 - 337)

Falemos do humano dos direitos humanos. Carbonari (2007) destaca três aspectos sobre este: a singularidade, a particularidade e a universalidade. A respeito da singularidade, reconhece-se que cada sujeito de direitos é único e que outros não devem impedi-lo de ser o que se é. Quando o impedimento ocorre, isso consiste em uma violação e é necessário ajudar o sujeito a reestabelecer a sua singularidade. A particularidade consiste no reconhecimento e respeito a todo o emaranhado social ao qual o sujeito faz parte sejam estas categorias de gênero, sexualidade, raça e

cor, territorialidade etc. A universalidade, por fim, seria a garantia dos direitos a todos e a qualquer um.

Relativamente ao direito, existem duas concepções sobre este: a naturalista e a sócio-histórica (CAMINO, 2005). Na primeira, o direito é compreendido como inerente a toda e qualquer pessoa pela condição de ser humano por si só; na segunda, compreende-se que estas noções surgem e se mantêm a partir dos contextos histórico e social.

Na história do Brasil, com a ditadura militar, houve uma forte repressão dos direitos dos cidadãos. Além de direitos civis e políticos, direitos econômicos e sociais foram sistematicamente violados. Foi durante este período que os direitos humanos ganharam destaque no debate nacional (SADER, 2007; VIOLA, 2007).

Caldeira (1991) detalha que durante os anos 1970 e 1980, os direitos humanos surgiram muito vinculados aos direitos políticos, mas que a concepção se ampliou. Através dos movimentos sociais, as minorias passaram não só a reconhecer que eram sujeitos de direitos, como também passaram a exigir e a lutar para que estes direitos fossem garantidos. A autora destaca ainda que durante este momento, a luta por direitos consistia em direitos coletivos e que, através disso, as minorias sociais passaram a ser reconhecidas como agentes políticos.

Ela descreve que durante os anos de 1983 e 1985, época do governo de Franco Montoro em São Paulo, houve a busca pela humanização das condições em situação de cárcere e reforma da polícia. Era o início da disputa ideológica daqueles que apoiavam estas ideias – com a representação da igreja católica, grupos de direitos humanos e dos partidos de esquerda - e daqueles que eram contra estas ideias - com a representação da polícia, partidos de direita e alguns setores da mídia (CALDEIRA, 1991).

Bem sabemos que esta disputa existe até os dias de hoje e envolvendo concepções e interlocutores semelhantes ao do período mencionado. Estes princípios podem ser observados, por exemplo, nas famosas expressões do cotidiano “direitos de bandidos” e “direitos invertidos” ou nas também famosas frases “Direitos humanos para humanos direitos” e “Bandido bom é bandido morto”.

Caldeira (1991) retrata alguns pontos muito importantes para compreender porque, para este público, os direitos humanos estavam sendo negados. As pessoas ditas criminosas são consideradas como não pertencentes à sociedade e inclusive como não possuidoras da condição de humanidade. Deste modo, a concessão de

direitos para elas seria um luxo, um privilégio já que também não seriam cidadãos. Além disto, a garantia de direitos dessas pessoas é entendida como uma forma de retirar o direito dos “cidadãos de bem” e de apoiar o crime e a violência:

Embora os direitos que se defendiam não fossem só para criminosos, mas para qualquer pessoa frente ao arbítrio, foi a imagem do criminoso que se marcou e que foi associada com exclusividade aos direitos humanos. Ao defender criminosos, parece que os defensores dos direitos humanos tocaram um limite do aceitável. A idéia é que, ao se ultrapassar esse limite, se estaria ameaçando toda a ordem social (p. 171).

Perante isto, é significativo falar sobre as obrigações dos Estados e, de modo particular, do Brasil. Maia (2007) explica que estas podem ser obrigações de conduta e obrigações de resultado, nas quais as primeiras estão relacionadas às estratégias para realização dos direitos e as segundas relacionadas à avaliação destas estratégias. Ele sintetiza: “Tais obrigações têm como conteúdo mínimo: respeitar, proteger e implementar” (MAIA, 2007, p.89).

Com a publicação da DUDH, muitos países adotaram estes direitos em suas constituições nacionais. No Brasil, os direitos humanos passam a ser parte do ordenamento jurídico tanto através da Constituição de 1988 quanto através da assinatura de documentos e tratados internacionais (MAUÉS; WEYL, 2007). Os direitos humanos encontram-se expressos na Constituição enquanto Direitos e Garantias Fundamentais e são intangíveis. Maués e Weyl (2007) explicam esta relação:

No Título I (arts. 1º a 4º), a Constituição estabelece como fundamentos do Estado Democrático de Direito, dentre outros, a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a cidadania (art. 1º II) e o pluralismo político (art. 1º V); define como objetivos do Estado a construção de uma sociedade livre, justa e solidária (art. 3º, I); e coloca a prevalência dos direitos humanos como princípio reitor das relações internacionais do Estado. O Título II da Constituição de 1988 (arts. 5º ao 17º) apresenta um amplo catálogo de direitos fundamentais em seus cinco capítulos: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, Dos Direitos Sociais, Da Nacionalidade, Dos Direitos Políticos, Dos Partidos Políticos. Essa terminologia indica o espectro de dimensões humanas que são cobertos pelos direitos fundamentais. (p. 110)

Maia (2007) destaca seis tratados dos quais o Brasil é signatário e que funcionam como mecanismos convencionais no âmbito da ONU: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966a); Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966b); Convenção Internacional para Eliminação da

Discriminação Racial (1968); Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979); Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Desumanos ou Cruéis (1984).

Através do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966a), todas as pessoas passam a ser reconhecidas como seres de dignidade e igualmente detentores de direitos civis e políticos. Em seus artigos, ressalta-se a liberdade política, econômica, social e cultural. Além disto, são assegurados o direito à vida, a proibição da tortura e da escravidão, o reconhecimento de personalidade jurídica e a liberdade de pensamento.

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966b), por sua vez, refere-se ao comprometimento dos Estados em garantir os direitos descritos neste documento. Dentre estes, destacamos o direito ao trabalho, o direito à criação e filiação em sindicatos, o direito à segurança social, direito à educação e o direito à alimentação, vestuário e moradia. Entretanto, mais que descrever os direitos a serem assegurados, também são apresentadas estratégias para a concretização destes direitos e o acompanhamento deste processo através da submissão de relatórios.

Por intermédio da Convenção Internacional para Eliminação da Discriminação Racial (1968), temos a definição de discriminação racial e a proposta de ação para os Estados frente a isto. Assim, os Estados passam a ser responsáveis pela criação de estratégias para o fim da discriminação racial como também da harmonia entre as raças. No documento também são descritas posturas esperadas dos Estados efetivamente como a garantia de direitos civis, políticos, sociais e culturais a todas as pessoas sem distinção de raça, cor e etnia bem como garantir medidas específicas para assegurar igualdade de condições.

Com a apresentação do conceito de discriminação contra a mulher, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979) apresenta uma gama de direitos que visa assegurar a igualdade de direitos para todos os gêneros. Desta forma, garantem-se direitos civis, políticos, sociais e culturais. Para os Estados, são propostas medidas para garantir a igualdade de condições de trabalho, acesso a saúde, casamento e constituição familiar, direitos e responsabilidades com os filhos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) é um importante marco para o que inspiraria o atual Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesta convenção, a criança passa a ser compreendida enquanto todo ser humano menor de 18 anos e os Estados assumem o compromisso de protegê-las. A estas também são assegurados direitos econômicos, sociais e culturais como também um nome, uma nacionalidade e liberdade de expressão e pensamento. Destaca-se também a busca de um desenvolvimento nas diversas esferas: física, mental, espiritual, moral e social.

A Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Desumanos ou Cruéis (1984) estabelece a tortura não somente como sofrimento físico, mas também como mental. Além das indicações e medidas para proibição das práticas de tortura e/ou outros tratamentos cruéis nos Estados através da criminalização, apresenta aspectos sobre a reparação das pessoas que possam vir a sofrer por conta destas práticas. Define também que:

a educação e a informação relativas à proibição da tortura sejam integralmente incorporadas no treinamento do pessoal civil ou militar responsável pela aplicação da lei, do pessoal médico, dos funcionários públicos e de outras pessoas que possam participar da detenção, interrogatório ou tratamento de qualquer pessoa submetida a qualquer forma de detenção ou prisão. (p. 4)

Atrelado a isto, compreende-se do ponto de vista histórico, que há gerações ou dimensões de direitos humanos. Benevides (2007) apresenta que existem três dimensões: a primeira consiste nos direitos civis e estão relacionados às liberdades individuais; a segunda refere-se aos direitos sociais que abrangem a educação, a saúde, o trabalho e o lazer, por exemplo; por fim, a terceira dimensão inclui direitos coletivos da humanidade e que estão também relacionada às futuras gerações como a paz, o meio ambiente e o conhecimento científico.

Algumas características sobre os direitos humanos também são relevantes para a compreender sua importância. Os direitos humanos são naturais, universais, históricos, indivisíveis e irreversíveis (BENEVIDES, 2007). Eles são naturais, pois compreende-se que são inerentes à natureza humana; universais por abrangerem todos os seres humanos; históricos pelo reconhecimento de que os contextos histórico e social podem restringir ou ampliar as concepções do que é considerado

direito; indivisíveis porque não é possível a ideia de que para garantir um direito, outros sejam violados e irreversíveis porque não podem ser revogados.

A educação para os direitos humanos surge como uma estratégia para fortalecer a consciência sobre estes. Assim, como descrito no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), em acordo com outros documentos nacionais e internacionais, são objetivos:

- a) fortalecer o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais; b) promover o pleno desenvolvimento da personalidade e dignidade humana; c) fomentar o entendimento, a tolerância, a igualdade de gênero e a amizade entre as nações, os povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e linguísticos; d) estimular a participação efetiva das pessoas em uma sociedade livre e democrática governada pelo Estado de Direito; e) construir, promover e manter a paz. (p.10)

Apesar disto, em 2018, ano no qual foi celebrado o 70º aniversário da DUDH e os 30 anos da Constituição Federal Brasileira, o instituto Ipsos realizou entrevistas com pessoas de 28 países sobre direitos humanos. Nos resultados apresentados sobre os brasileiros, 33% acreditam que os direitos humanos não fazem diferença em suas vidas e 12% acreditam que fazem uma diferença negativa. Além disto, 74% dos participantes brasileiros acreditam que algumas pessoas tiram uma vantagem injusta dos direitos humanos. Dentre todos os países que tiveram participantes na pesquisa, o Brasil foi o que mais concordou (com 60%) que as únicas pessoas que se beneficiam dos direitos humanos no país são aquelas que não merecem como criminosos e terroristas e foi o quarto país a mais discordar (com 60%) que os direitos humanos são importantes para criar uma sociedade mais justa no país.

Estes dados retratam algumas das concepções que fazem parte do debate sobre os direitos humanos no Brasil. Apesar de legitimados juridicamente, os direitos humanos continuam provocando resistência em parte da população como também no maior representante do país na figura do presidente da República. Compreendendo que “não é possível ser cidadão consciente com rejeição à atividade política” (BENEVIDES, 2007, p. 349), destacamos alguns acontecimentos e mudanças ocorridas durante o governo vigente.

Jair Messias Bolsonaro, atual presidente da República, definiu os direitos humanos como “o esterco da vagabundagem” (BOLSONARO, 2016) e foi eleito mesmo após, publicamente, realizar discursos contrários aos direitos humanos e inconstitucionais (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018). No que se relaciona aos direitos

humanos, uma das mudanças realizadas em seu governo foi transformar o antigo Ministério dos Direitos Humanos em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Conforme descrito no relatório da Human Rights Watch (2020), o presidente assumiu em seu governo uma agenda contra os direitos humanos. Alguns dos temas apresentados no documento que exemplificam esta postura são: a segurança pública (com o incentivo à execução de suspeitos por agentes públicos e o projeto de lei direcionado a policiais condenados por homicídios), a política de redução de danos (possibilidade de internação compulsória sem autorização judicial), a liberdade de expressão (ameaças e ataques verbais a jornalistas e profissionais da imprensa) e o meio ambiente (fragilização das entidades e órgãos de proteção ambiental).

No final de 2019, a COVID-19, uma doença respiratória aguda, foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na República Popular da China. Causada pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2), no Brasil o primeiro caso confirmado de COVID-19 foi em 26 de fevereiro de 2020<sup>1</sup>. Diante da confirmação de inúmeros casos em muitos países, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a COVID-19 como pandemia.

Diante o contexto de pandemia, houve a necessidade de distanciamento físico e, conseqüentemente, a parada de atividades não essenciais por um tempo. Tudo isto gerou novas e diversas violações de direitos humanos e intensificou as violações já existentes.

Em um contexto de calamidade pública, a conduta do presidente tem fortalecido o surgimento e a permanência destas violações através de uma postura negacionista. Descrita por Bolsonaro como “uma gripezinha”, a pandemia foi considerada por ele como “fantasia”, “histeria” e “superdimensionada”. Além disto, o presidente minimizou as mortes em decorrência da COVID-19, incentivou o uso de medicamentos sem eficácia com comprovação científica, desrespeitou as recomendações sanitárias de prevenção à COVID-19 e incitou outros a fazerem o mesmo, promoveu a saúde enquanto oposição à economia, incentivou notícias

---

<sup>1</sup> Coincidentemente, escrevo esta parte da dissertação no dia 26 de fevereiro de 2021: exatamente um ano após o primeiro caso confirmado de COVID-19 no Brasil. Segundo o consórcio de veículos de imprensa, 10.457.794 pessoas foram diagnosticadas e 252.988 pessoas morreram de COVID-19 desde o começo da pandemia no Brasil (G1, 2021).

falsas a respeito da ciência e da vacina (BASILIO, 2020; BBC NEWS BRASIL, 2020; OLIVA, 2021; RÔMANY, 2020; TERRA, 2020) .

A adesão a essa postura por parte da população nos permite indagar sobre o compartilhamento de formas de pensar na sociedade brasileira. Desta maneira, circunscrevemos nossa pesquisa a partir da psicologia e, de modo particular, da psicologia social utilizando como marco teórico a Teoria das Representações Sociais, considerando que:

Cabe à psicologia, principalmente à psicologia social, desvelar imensas áreas em que as agressões aos direitos humanos são flagrantes. E a teoria das representações sociais, no cumprimento dessa tarefa, presta-se muito bem, pois recupera uma dimensão que muitas vezes permanece oculta a nosso olhar, e ajuda a penetrar no mundo misterioso do senso comum e das ideologias nas vicissitudes do cotidiano, em que os saberes populares se constroem e se reproduzem, tanto para a dominação como para a emancipação (GUARESCHI, 2004, p. 10).

### 3 PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANOS

Durante a experiência com os participantes, uma coisa se destacou em praticamente todas as vezes que eu apresentava a pesquisa: eles se surpreendiam que era uma pesquisa em psicologia. Muitos deles relataram imaginar que fosse uma pesquisa em outra área: ciências políticas, ciências sociais e direito foram as mais citadas. Outros participantes ainda me perguntaram diretamente: “o que a psicologia tem a ver com direitos humanos?” Eis a pergunta pela qual iniciaremos aqui.

Tipicamente a psicologia tende a ser descrita como ciência e profissão. Embora cada uma destas descrições apresente suas especificidades, elas têm um ponto comum:

Tornar-se um profissional em Psicologia é assumir seu lugar como cidadão; é mais do que a coroação do êxito individual; é mais que o reconhecimento da competência para realizar um projeto de vida. É, para mim, um compromisso com um projeto coletivo, é assumir seu lugar no espaço público (SANTOS, 1994, p.41).

Através da publicação da Lei nº 4.119/1962, regulamentada pelo Decreto 53.464 de 21 de janeiro de 1964, a profissão de psicólogo passa a ser regulamentada no Brasil. Enquanto profissão, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) é responsável por regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício da psicologia no Brasil conforme descrito na Lei nº 5.766/1971, regulamentada pelo Decreto 79.822 de 17 de junho de 1977.

Através da Resolução CFP nº 011/98 de 22 de novembro 1998, é possível identificar as considerações acerca da relação entre direitos humanos e o exercício da psicologia no Brasil: os direitos humanos são descritos como imprescindíveis para o desenvolvimento, essenciais para a existência de um Estado democrático e de direito e importantes para o exercício de todas as profissões e notadamente para a Psicologia e os psicólogos .

O atual Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP), conforme a Resolução CFP nº 010/05, também traz diretas menções aos direitos humanos. Já na apresentação do documento, a DUDH, considerada o documento de maior importância e impacto mundial sobre direitos humanos, é mencionada. Além disto, na sessão de princípios fundamentais temos: “I - O psicólogo baseará o seu trabalho

no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos” (p. 7). É importante também mencionar que transgredir preceito do CEPP é descrito como uma infração disciplinar (BRASIL, 1971, 1977).

A DUDH é tida como referência também na elaboração de normas de atuação da profissão de psicólogo. Na Resolução CFP nº 018/2002, referente ao preconceito e à discriminação racial, por exemplo, isto pode ser percebido.

Na América Latina, a DUDH também é usada como referencial para o exercício da profissão de psicólogo. No Protocolo de Acordo Marco de Princípios Éticos para o Exercício Profissional dos Psicólogos no Mercosul e Países Associados (COMITÉ CORDINADOR DE PSICÓLOGOS DEL MERCOSUR Y PAÍSES ASOCIADOS, 1997), há a declaração de um compromisso explícito com os artigos da DUDH.

Assim sendo, o exercício profissional da psicologia está diretamente vinculado aos direitos humanos. Estes impactam a prática profissional e estão intimamente ligados às diversas demandas das áreas de atuação da psicologia como jurídica (COIMBRA, 2003), clínica (PAULON, 2003), educação (PATTO, 2003), trabalho (SATO, 2003) e saúde (ZUZA; CAMPOS, 2003); além da prática de avaliação psicológica (ARANTES, 2003) e relações raciais (MOURA, 2003).

A psicologia é considerada híbrida, pois é reconhecida tanto como parte da área de saúde tanto quanto das ciências humanas e sociais. Isto pode ser percebido tanto através do exercício profissional como nos projetos de pesquisa em psicologia.

Nos projetos de pesquisa, durante a descrição dos aspectos éticos envolvendo seres humanos alguns pesquisadores usam a Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 como referência, enquanto outros vão se referir a Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016. Ambas as resoluções norteiam os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos, sendo a primeira voltada ao âmbito das ciências biológicas e da saúde e a segunda sendo voltada especificamente para as ciências humanas e sociais. Apesar das especificidades de cada uma destas resoluções, ambas citam explicitamente a DUDH como referência e também outros documentos sobre direitos humanos. Na Resolução nº 510, de modo específico, dentro dos princípios éticos está descrito a defesa dos direitos humanos.

Os direitos humanos podem ainda ser objeto de pesquisa da psicologia, como aqui o é e, também a partir disto, são possíveis propostas para uma psicologia ainda

mais articulada ao fortalecimento e cumprimento dos direitos humanos no Brasil, conforme apresentado por Balbino (2007). Diante tudo que foi trazido até então:

[...] podemos concluir que o exercício profissional da psicologia, em qualquer dos seus campos de aplicação, deverá sustentar-se não só em um desenvolvimento científico e técnico da maior qualificação possível, se não também em um iniludível compromisso ético, baseado no respeito irrestrito pelos direitos humanos. (FERRERO, 2012, p.130).

Coimbra (2004) expõe alguns impactos causados pela prática da psicologia sem o respeito e comprometimento com os direitos humanos como o treinamento a torturadores e a elaboração de laudos de presos políticos durante a ditadura militar brasileira. Lembremos ainda sobre a força e o impacto que o discurso e a prática da psicologia têm nos modelos do que é entendido enquanto bom (bom cidadão, bom pai etc.) (COIMBRA, 2001; COIMBRA; NASCIMENTO, 2003).

Bock (2008) também ressalta que a profissão de psicólogo no Brasil surgiu e se desenvolveu ligada aos interesses da elite. Deste modo, a Psicologia por muito tempo instrumentalizou as práticas de categorização e controle que fortaleciam o projeto de sociedade desta classe. A autora destaca que é necessária uma outra relação com a sociedade de modo a utilizarmos o conhecimento da Psicologia para superar as desigualdades. A partir disso, reitero o convite de Santos (2004):

Na condição de profissionais [de Psicologia], temos a responsabilidade de romper com um modo de pensar que torna as coisas e as relações 'naturais'. Pensar as relações, os problemas, os objetos, o modo de compreender e explicar o mundo como uma construção histórica, um trabalho coletivo de construção da realidade social é uma forma de romper com a idéia de um mundo natural. E é aí que abrimos espaço para a mudança (p.137).

Contextualizados na psicologia e, especificamente na psicologia social, apresentamos a teoria que nos guiará neste percurso investigativo: a Teoria das Representações Sociais (TRS), proposta e elaborada por Serge Moscovici. Existe uma pluralidade de conceitos e perspectivas sobre representações sociais nas diversas áreas de conhecimento existentes (FARR, 1998; SÁ, 1998), mas conforme ressalta Santos (2005, p.21): “[.] utilizada na Psicologia Social, refere-se freqüentemente, ao mesmo tempo, à teoria e ao objeto por ela estudado”.

Farr (1998) e Santos (2005) descrevem que a formulação da TRS se constitui também considerando as críticas de Moscovici perante a perspectiva individualizante

da psicologia social que estava sendo então desenvolvida na América do Norte. Isto é importante porque contribui para a elaboração de concepções fundamentais que são adotadas na TRS: a compreensão do sujeito como ativo e em construção recíproca com a realidade; crítica ao binarismo; valorização das dimensões subjetiva, afetiva e cultural; rejeição ao reducionismo e da crença na neutralidade da ciência (ARRUDA, 2002).

Através da TRS, Moscovici (2009) propõe estudar cientificamente um tipo de produção de conhecimento que tinha e, muitas vezes ainda tem, um lugar de inferioridade socialmente: o senso comum. Uma de suas grandes contribuições é identificar que o senso comum não é um conhecimento rudimentar ou de menor valor, assim, na TRS, compreende-se que o discurso científico e o do senso comum não são antagônicos nem devem ser hierarquizados, mas que cada um tem funções específicas e, diante isto, empregam estratégias diferentes para alcançar estas funções (ALMEIDA; SANTOS; TRINDADE, 2000; ARRUDA, 2002; SANTOS, 2005; SANTOS, 2009).

As teorias do senso comum, interesse da TRS, têm como funções: organizar e possibilitar a comunicação, dar sentido e compreender a realidade social e as relações, orientar condutas, produzir identidades e especificidades dos grupos (SANTOS, 2005; SANTOS, 2009). Diante isto, Sá (1998) evidencia:

Os fenômenos de representação social estão 'espalhados por aí', na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. (p.21)

Atenta-se também sobre a igual importância atribuída aos processos cognitivo e social na construção, modificações e uso do conhecimento produzido; pois os processos cognitivos viabilizam o funcionamento das representações, mas estas também são afetadas pelas dinâmicas sociais (SANTOS, 2004; SANTOS; ALÉSSIO, 2006). Conforme isto, Arruda (2002, p. 134) alerta: "A representação social, portanto, não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta".

Na construção da representação social de um objeto, buscando tornar o que é desconhecido em familiar, existem dois processos fundamentais: a objetivação e a ancoragem. O primeiro, a partir do que já é conhecido, busca trazer concretude para

um determinado objeto em questão; o segundo refere-se a inserção deste objeto no repertório de conhecimentos que acessamos ao buscar conhecer dando sentido a este (SANTOS, 2005; ALMEIDA, 2005a).

Kalampalikis e Haas (2008) ressaltam que as representações sociais podem ainda manter o desconhecido enquanto desconhecido e estranho. Os autores citam o exemplo da loucura enquanto objeto de representação social: esta familiarizada como estranha e desconhecida e funcionando como uma proteção aqueles que a representam desta maneira. Deste modo, uma representação social pode permanecer estranha, às vezes com a ideia subjacente de infra-humano, e legitimar a exclusão social.

Estes processos são muito importantes na dinâmica social, pois como explica Joffe (1998, p . 298): “Objetos sociais estranhos evocam medo, porque eles ameaçam o sentido de ordem das pessoas e sua sensação de controle sobre o mundo”. Guareschi (1998) descreve ainda que as representações sociais são sempre ideológicas. O autor ressalta que durante os processos de objetivação e ancoragem aproximamos ou distanciamos determinado objeto de conteúdos seguindo nossa compreensão da realidade, assim esta escolha nunca é neutra.

Para explicar a realidade, buscamos muitas vezes ancorar o objeto em diferentes universos de conhecimento disponíveis. Um exemplo disto é o aborto que pode agregar argumentos de natureza religiosa, política e científica. Estas informações podem, a princípio, serem contraditórias, mas podem ser reconstruídas. Este fenômeno é chamado de polifasia. Kalampalikis e Hass (2008) caracterizam o conceito de polifasia cognitiva: este funciona como uma espécie de colagem de informações acerca de um determinado objeto social advindas de origens diversas que são descontextualizadas e conectadas com outras informações a partir dos critérios estabelecidos pelo sujeito e pelos grupos sociais. Desta maneira, é possível compreender que:

[...] toda realidade é representada, quer dizer, apropriada pelo indivíduo e pelo grupo, reconstruída no seu sistema cognitivo, integrada ao seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca. (RIQUE; SANTOS, 2004, p. 31)

Assim, as pesquisas com TRS buscam compreender: o que pensam os indivíduos, como pensam e porque pensam de tal maneira acerca de um

determinado objeto (ALMEIDA, 2005a). Isto é possível, respectivamente, através da investigação dos suportes da representação, através do estudo do conteúdo e da estrutura das representações e através da formação destas representações, de sua estabilidade e/ou transformações destas (SÁ, 1998). Almeida, Santos e Trindade (2000, p. 258) destacam uma valiosa contribuição: “A TRS tem fornecido subsídios para a compreensão de diferentes realidades sociais e trazido à tona aspectos até então desconhecidos dessas realidades”.

A partir das elaborações da TRS por Moscovici, três pesquisadores propõem desdobramentos para a teoria: Denise Jodelet desenvolve a abordagem processual em Paris, Jean-Claude Abric desenvolve a abordagem estrutural em Aix-en-Provence e Willem Doise desenvolve a abordagem societal em Genebra. Sobre as abordagens, Almeida (2009) ressalta que cada uma delas traz importantes contribuições para a TRS e Sá (1998) apresenta-as como complementares.

A abordagem processual “[...] valoriza a articulação entre as dimensões sociais e culturais que regem as construções mentais coletivas” (ALMEIDA, 2005a, p. 128). A Denise Jodelet também é atribuída a organização do campo, sistematização da teoria (SÁ, 1998) e detalhamento teórico-metodológico (ALMEIDA, 2005a).

Em relação a esta pesquisa, usaremos a articulação das abordagens societal e estrutural como guia de nossa proposta. A respeito desta articulação, defende-se que “essas duas noções de ‘núcleo central’ e de ‘princípios organizadores’ (Doise) estão finalmente muito próximas. Todas duas definem, de fato, a existência de um quadro de referência comum – de origem social – que gera as tomadas de posições ou as construções cognitivas individuais” (ABRIC, 2001, p. 84, tradução nossa<sup>2</sup>).

A abordagem estrutural parte da compreensão que as representações sociais são um conjunto organizado e estruturado no qual existe um núcleo central e um sistema periférico. O núcleo central tem função geradora, organizadora e estabilizadora; enquanto o sistema periférico tem como função a concretização, regulação, prescrição dos comportamentos, proteção do núcleo central e modulações personalizadas (ABRIC, 2001).

---

<sup>2</sup> No original: “*Il semble que sur ce point-là, les deux notions de « noyau central » et de « principes organisateurs » (Doise) sont assez proches. Toutes deux définissent, en effet, l'existence d'un cadre de référence commun – d'origine sociale – qui génère des prises de position ou des constructions cognitives plus individuelles*”.

Em outras palavras, o núcleo central é mais estático e abrange conteúdo e elementos mais estruturantes da representação social de um objeto, de modo a ser possível a comunicação. O sistema periférico, em contrapartida, é flexível e é onde é possível notar a inserção de novos elementos a respeito do objeto que podem estar indicando transformações das representações. Além disto, no sistema periférico é possível também observar como um objeto se ancora em termos concretos.

Sobre a escolha pela abordagem societal, Sá (1998, p.19) indica que “se, ainda, importa mais saber como as inserções sociais concretas dos sujeitos condicionam suas representações, o recurso teórico à perspectiva de Doise pode se mostrar proveitoso”. É importante ainda definir o que são as representações sociais: “princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos” (DOISE, 2002b, p.67).

Doise traz um novo olhar não só para a TRS, mas também para a psicologia social. O autor reconhece a grande contribuição da psicologia social, mas argumenta que esta tem se limitado ao estudo de um nível de análise. Perante isto, Doise (2002a) apresenta uma proposta de articulação dos quatro níveis de análise (intrapessoal, interpessoal, intergrupar e societal)<sup>3</sup>, propondo uma psicologia societal:

articular explicações de ordem individual com explicações de ordem societal; de mostrar como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos (p.28).

Doise (2002a) explicita cada um dos níveis de análise. O primeiro nível de análise, intrapessoal, refere-se ao estudo de fenômenos que ocorrem entre cada indivíduo e o meio; o segundo, o interpessoal, são fenômenos que ocorrem entre os indivíduos e da interação entre estes; o terceiro nível, intergrupar, diz respeito as relações entre os grupos e as dinâmicas destas relações; o quarto nível, societal, faz referências as crenças, ideologias e normas sociais. O autor exemplifica ainda pesquisas realizadas focalizando cada um destes níveis de análise: equilíbrio

---

<sup>3</sup> Mais recentemente, foram incluídos mais dois níveis de análise: o neurológico e o intersocietal (DOISE; VALENTIM, 2005).

cognitivo, redes de comunicação, grupos com diferentes *status* e ideias a partir de concepções de justiça, respectivamente.

Em conformidade com o que foi apresentado, para o estudo das representações sociais a partir da abordagem societal são propostas três hipóteses: a primeira hipótese é que membros de uma mesma comunidade partilham crenças comuns perante um dado objeto; entretanto, ainda assim, haveria indivíduos que não partilhariam destas crenças apesar de inseridos no mesmo meio e contextos semelhantes, o que corresponde à segunda hipótese; a terceira hipótese corresponde aos sistemas de valores, normas, culturas e ideologias nas quais estão ancoradas as tomadas de posição. Estas correspondem, respectivamente, ao estudo do campo comum das representações sociais, das variações individuais e das ancoragens dos posicionamentos (DOISE, 2002a, b).

De modo particular, Doise traz ainda muitas contribuições através dos estudos e investigações sobre as representações sociais de direitos humanos. Almeida (2009) destaca que este pesquisador trouxe um olhar psicossociológico sobre os direitos humanos, fenómeno antes discutido classicamente na filosofia, no direito e nas ciências políticas.

Ao pesquisar em 35 países, Doise (2002b) chega a conclusões importantes sobre a temática dos direitos humanos: existem compreensões comuns com uma forte referência aos artigos da DUDH. No entanto, há variações no grau de concordância sobre estes direitos. Nesta direção, outras pesquisas indicam limites no entendimento sobre direitos humanos. Estas inconsistências se apresentam quando os participantes afirmam concordar e defender tais direitos quando estes são apresentados de forma abstrata e generalista. Não obstante, quando aplicados em situações mais específicas, “a universalidade e inviolabilidade dos direitos do homem esbate-se, favorecendo regulações de natureza interindividual, intergrupar e societal” (DOISE, 2002b, p. 92).

O pesquisador apresenta que, de modo particular, pessoas que são consideradas desviantes das normas sociais têm a violação de seus direitos mais facilmente tolerada. Isso também foi encontrado em alguns contextos (como na busca por empregos e no poder exercido pelo Estado), bem como envolvendo populações específicas (como imigrantes e pessoas em privação de liberdade).

Doise (2002b) descreve também uma pesquisa envolvendo participantes na França, Suíça, Costa Rica, Itália e Romênia. Nestes países, dentre o que é

considerado violação dos direitos humanos estão o racismo, maus tratos a crianças e privações graves. Apesar dos participantes da Costa Rica e da Suíça apresentarem concepções mais alargadas sobre direitos humanos, todos os grupos de participantes expressam contradição perante situações envolvendo família e a violação a regras e leis.

Ainda nesta mesma pesquisa, são discutidas as ancoragens específicas dos países com concepções restritivas e com concepções alargadas sobre direitos humanos. Doise (2002b) apresenta que os países com concepções restritivas compreendem que os direitos humanos são responsabilidade do governo e adotam uma visão mais relacionada à solidariedade, enquanto os países com concepções alargadas entendem que estes são responsabilidade de todos e adotam escolhas mais relacionadas à igualdade.

Investigando os efeitos da socialização em Genebra, a partir do grau de escolaridade como medida para avaliação, Doise (2002b) apresenta a hipótese de que quanto maior a idade, maior seria o tempo que os jovens teriam oportunidade para entrar em contato com a temática dos direitos humanos. Através dessa proposta, encontra evidências que a escolaridade afeta as representações sociais sobre direitos humanos de modo que aumenta a importância dada a estes. Do mesmo modo, as definições de direitos humanos passam a considerar não exclusivamente o indivíduo, mas o indivíduo inserido em um contexto, conforme o aumento da escolaridade. Associada a esse fator, temos também que a inserção profissional produz atravessamentos quanto ao posicionamento frente aos direitos humanos.

No Brasil, também foram realizadas pesquisas envolvendo os direitos humanos a partir da TRS. Destacamos algumas delas que apresentam relações com nossa proposta de estudo e que trazem contribuições para um entendimento mais aprofundado sobre este objeto.

Investigando acerca do posicionamento sobre direitos humanos para universitários em Goiânia, Pereira, Ribeiro e Cardoso (2004) retratam a relação entre as ancoragens das representações sociais e o envolvimento com os direitos humanos. Foram apresentados quatro princípios organizadores (pessoal-abstrato, pessoal-concreto, governamental-abstrato e governamental-concreto), nos quais pessoal x governamental refere-se ao tipo de envolvimento e abstrato x concreto diz respeito ao modo como se dá o envolvimento.

Os resultados descritos indicam que os universitários acreditam que seus próprios envolvimento na aplicação dos direitos humanos é maior que o envolvimento do governo e que o próprio envolvimento abstrato é maior que o concreto. Os autores apresentam também que a adesão a valores pós-materialistas contribui para o aumento do envolvimento pessoal-abstrato e a defesa de que o governo deve se envolver na aplicação dos direitos humanos; a adesão a valores materialistas contribui para a diminuição do envolvimento pessoal-abstrato e a defesa de que o governo não deve se envolver na aplicação dos direitos humanos; o sistema religioso, por sua vez, contribui para o aumento do envolvimento pessoal-concreto.

Lima e Vieira (2010) investigaram as representações sociais de direitos humanos e a relação com o sentimento de privação relativa. Os autores destacam que mais de 30% da amostra estudada não sabe o que são os direitos humanos ou acreditam que estes não existem. Eles explicam ainda que para os participantes gratificados 42% das respostas foram não sei; 1 em 4 participantes não gratificados nem privados não sabe o que são os direitos humanos e 13% entende enquanto respeito. Cerca de 19% dos participantes privados também não sabem o que são os direitos humanos e outros o entendem enquanto igualdade.

Camino, Machado, Torres e Estramiana (2017) examinaram aspectos relacionados aos direitos humanos para espanhóis e brasileiros. Os resultados descritos pelos autores ressaltam importantes diferenças entre as concepções existentes entre os dois países. Tanto brasileiros como espanhóis acreditam que as organizações não governamentais (ONGs) são as maiores defensoras dos direitos humanos, entretanto acreditam que isto deveria ser atribuição do Estado. Os brasileiros ressaltaram os direitos sociais como os direitos mais importantes, enquanto os espanhóis ressaltaram os direitos políticos como tal. Destaca-se também que  $\frac{1}{3}$  dos brasileiros acredita que direitos humanos favorecem bandidos e, por sua vez, a maioria dos espanhóis não concorda com esta afirmação.

A partir do que foi apresentado até então e considerando o atual contexto sociopolítico do Brasil, optamos pelo estudo das representações sociais de direitos humanos para jovens militantes. Almeida (2009, p. 725) apresenta que: “O conteúdo das representações depende das relações entre os grupos, na medida em que serve para justificar certo modo de encadeamento das relações, mantendo, ao mesmo tempo, a especificidade e a identidade de cada grupo”.

Cientes da existência de pessoas e grupos que participam ativamente das discussões sobre direitos humanos no Brasil, para o grupo proposto, optamos por jovens militantes considerando que, além de sua atuação, estes são mobilizadores e formadores de opinião de outras pessoas:

A quantidade e a forma das informações sobre o objeto, assim como os meios pelos quais elas se tornam acessíveis aos sujeitos, o grau de interesse intrínseco ou circunstancial que o objeto desperta e a necessidade mais ou menos premente de seu conhecimento para o grupo são variáveis que certamente afetarão – e por isso poderão explicar, pelo menos parcialmente – o conteúdo e a estrutura da representação. (SÁ, 1998, p.71-72).

#### 4 JUVENTUDE(S) E MILITÂNCIA(S)

Falar sobre juventude não é tarefa simples. E, antes de sequer falar de juventude ou juventudes, é essencial caracterizar o que estamos definindo enquanto tal. Não raro são as discussões sobre as nomenclaturas adolescência e juventude e a caracterização destas através da faixa etária e marcadores do desenvolvimento.

Segundo o dicionário Michaelis *On-Line*, adolescência é o “Período do desenvolvimento humano, entre a puberdade e a idade adulta, durante o qual ocorrem mudanças físicas, como o crescimento acelerado e a maturidade sexual e alterações psicológicas e sociais” (ADOLESCÊNCIA, 2020, s.p.). Juventude, ainda segundo o mesmo dicionário, seria o “Período da vida de uma pessoa entre a infância e a idade adulta; juventa, mocidade” (JUVENTUDE, 2020, s.p.).

Sobre estas nomenclaturas, Paixão e Almeida (2016) explicam que adolescência e juventude são usadas como sinônimos no Brasil, entretanto havendo predominância de determinada nomenclatura conforme os campos de conhecimento nos quais estejam sendo referenciadas.

Ainda segundo revisão de literatura realizada pelas mesmas autoras, a palavra adolescência é predominantemente encontrada nas pesquisas na área de saúde e psicologia; enquanto juventude é predominantemente relacionada às ciências sociais. Moreira, Rosário e Santos (2011) reforçam este achado: a psicologia, ainda que através de distintas concepções e correntes teóricas, trabalha prioritariamente com o conceito de adolescência. Paixão e Almeida (2016) concluem que:

[..] pode-se dizer que o tema da adolescência parece estar vinculado a áreas mais restritas, como o próprio desenvolvimento dos sujeitos nessa fase da vida e seus modos de significação da realidade que os cerca, enquanto que o tema da juventude, ao que parece, amplia e diversifica o foco das discussões envolvendo um cabedal mais amplo de questões. (p.5-6).

Conseqüentemente, isto impacta nas temáticas de estudos sobre a adolescência/juventude. Paixão e Almeida (2016) descrevem que nas pesquisas na área de saúde, os dois temas mais estudados sobre adolescentes são: o tratamento de doenças e gravidez/maternidade/aborto. Nas pesquisas em psicologia, os temas mais estudados são: conceituação, subjetividade e identidade; institucionalização e

família seguidos de gravidez/maternidade/aborto e drogas e álcool. Em contrapartida, as pesquisas nas ciências humanas englobam temas sobre a inserção social e cultural dos jovens: religião, trabalho e mídia, por exemplo.

Analisando o conceito de juventude em teses, dissertações e artigos de ciências humanas e sociais aplicadas publicados entre 2007 e 2011, Trancoso e Oliveira (2016) descrevem 3 aspectos encontrados nestas pesquisas. O primeiro é o debate entre juventude/jovem e adolescência/adolescente, o segundo é a caracterização da juventude e o terceiro é a relação entre juventude e tempo. Os autores concluem que o conceito de juventude é polissêmico e isto pode ser notado através dos aspectos descritos anteriormente: nomenclaturas são usadas de maneiras distintas (como sinônimos, como diferentes, como inclusas uma dentro da outra); caracterização ampla (intrínseca, categoria social e/ou universalizante) e medição temporal diversa (restrita a idade cronológica, histórica e socialmente localizada, uso concomitante de ambas as concepções anteriores).

Tomando como referência a faixa etária, a Organização das Nações Unidas define enquanto jovens pessoas entre 15 e 24 anos de idade e a Organização Mundial de Saúde pessoas entre 10 e 24 anos de idade (UNFPA - FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010). Na legislação brasileira, através do Estatuto da Juventude, é definido que são consideradas jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade e adolescentes pessoas entre 15 e 18 anos de idade (BRASIL, 2013).

Considerando tudo que foi exposto até aqui e ciente de que a discussão central deste trabalho não é sobre adolescência e/ ou juventude, mas também reconhecendo ser necessário localizar, foi escolhida a nomenclatura juventude para ser utilizada aqui. A perspectiva de juventude entendida aqui considera fatores biológicos, históricos, sociais, culturais e econômicos, ou seja, a juventude é heterogênea, singular e dotada de características próprias (CRUZ; ROSA; COUTINHO, 2016; MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2003; QUIROGA; VITALE, 2013).

No Brasil, os jovens correspondem a  $\frac{1}{4}$  da população do país (51.330.569 jovens entre 15 e 29 anos) (PARTICIPATÓRIO - OBSERVATÓRIO PARTICIPATIVO DA JUVENTUDE, 2013). Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, tradução do inglês: *United Nations Population Fund*) (2010), o Brasil é o 5º

país do mundo com maior percentual de jovens na sua população e é responsável por aproximadamente 36% da população jovem da América Latina e Caribe.

A juventude tem sido objeto de pesquisa há muito tempo. Na psicologia social, de modo particular através da TRS, a juventude já foi investigada através de diferentes grupos no Brasil: mídia (SANTOS; ACIOLI NETO; SOUZA, 2011; MENANDRO; TRINDADE; ALMEIDA, 2003; SANTOS; ALÉSSIO; SILVA, 2009; ALMEIDA, 2005b), mães e pais (SANTOS; ALÉSSIO, 2006; SANTOS; FÉLIX; MORAIS, 2012 ALMEIDA; PACHECO; GARCIA, 2006), professores (SANTOS; ALÉSSIO, 2006; ALMEIDA; PACHECO; GARCIA, 2006; SANTOS; CRUZ; BELÉM, 2014; GALINKIN; ALMEIDA; ANCHIETA, 2012), assistentes de desenvolvimento social (ESPÍNDULA; SANTOS, 2004), policiais civis (GALINKIN; ALMEIDA; ANCHIETA, 2012) e dos próprios adolescentes (SANTOS; FÉLIX; MORAIS, 2012; SANTOS; CRUZ; BELÉM, 2014; MARTINS; TRINDADE; ALMEIDA, 2003; PAIXÃO; ALMEIDA; ROSA-LIMA, 2012) e jovens (CRUZ; ROSA; COUTINHO, 2016). A seguir estes estudos serão apresentados com a nomenclatura utilizada pelas autoras e autores das pesquisas.

Santos, Acioli Neto e Souza (2011) analisaram as representações sociais sobre a adolescência veiculadas por revistas direcionadas a pais e revistas direcionadas a adolescentes. Nas revistas para pais e mães, os adolescentes são tidos como difíceis e influenciáveis sendo requerido o cuidado constante da família para evitar situações como o uso de drogas e gravidez e, por vezes, sendo necessário cuidados profissionais através da figura do psicólogo/psicanalista. Em contrapartida, nas revistas voltadas ao público adolescente são centrais discussões sobre relacionamentos (de adolescentes para adolescentes - namoro, orientação sexual etc.) e sobre o futuro (de adultos para adolescentes - carreira, oportunidades etc.).

Também investigando sobre adolescência/juventude em revistas, Menandro, Trindade e Almeida (2003) dividiram seus recortes de pesquisa em dois momentos: de 1968 a 1974 e de 1996 a 2002. No primeiro momento, os jovens são descritos como os responsáveis por dar continuidade ao plano de melhorias da nação. Em contrapartida, concebidos como estudantes, ao participar de ações tidas como radicais, os jovens são apresentados enquanto militantes. Os jovens são descritos ainda como rebeldes e descompromissados. No segundo momento, são descritos modos de criação e prevenção de contextos tidos como negativos para as famílias,

principais responsáveis pelos jovens. Há ainda conteúdos sobre a preocupação com a possível ruptura destes modos de criação e prevenção além da situação (constante) de vulnerabilidade e entrega aos prazeres dos jovens.

Santos e Aléssio (2006) investigaram as representações sociais de adolescência para pais e professores de zona urbana. Para os pais, a adolescência é marcada principalmente pelas transformações do corpo, descobertas sexuais e crises existenciais sendo os maiores problemas trazidos pelos adolescentes as drogas, a rebeldia e a preguiça. Para os professores, a adolescência é caracterizada pelas transformações do corpo, descobertas sexuais e rebeldia e os maiores problemas trazidos pelos adolescentes seriam o desajuste familiar, a indisciplina e o desrespeito. Em contrapartida, no contexto rural, as autoras descrevem que os adolescentes são caracterizados através do trabalho e do projeto de constituição familiar. As autoras ressaltam: “São representações diversas, construídas em contextos sociais distintos, que terminam por servir de base para a construção de um modo diferente de ser jovem, em cada um desses espaços” (p.123).

Em concordância com esta colocação, foram investigadas, por Santos, Félix e Moraes (2012), as representações sociais de juventude entre adolescentes e pais de uma comunidade quilombola. Através do discurso das mães e dos pais, a adolescência é um momento de incompletude e imaturidade onde se faz necessário a orientação até a vida adulta, o momento de completude. No discurso dos adolescentes, por sua vez, este é o momento em que ocorre o aumento das responsabilidades. Para mães, pais e adolescentes, a adolescência seria a fase do namoro e da diversão e seria findada com a constituição familiar.

Ainda sobre a representação social destes grupos sobre a adolescência, Almeida, Pacheco e Garcia (2006) propuseram um questionário de caracterização para professores de escolas privadas e mães de adolescentes de classe média. Em conformidade com os dados apresentados por Santos e Aléssio (2006), as mães caracterizam a adolescência pelas transformações no corpo, crises existenciais e descobertas sexuais. A mesma caracterização é descrita pelos professores. Em um segundo momento, é pedido para as mães e para os professores relatarem características que um adolescente deve ter para ser uma “pessoa de bem”. Almeida, Pacheco e Garcia (2006) expõem que as características relatadas por mães e professores para “pessoa de bem” (respeito, responsabilidade e

honestidade) não apresentam semelhanças com o que foi caracterizado por estes enquanto adolescência.

Santos, Cruz e Belém (2014) investigaram as representações sociais de adolescentes e de aluno ideal segundo professores e estudantes de Ensino Médio de escolas privadas e escolas públicas. O aluno ideal é respeitador, melhora/facilita o trabalho do professor, é estudioso e pensa no futuro. A caracterização do adolescente, entretanto, é diferente: está numa fase difícil, sem perspectiva de futuro, carente, irreverente e sem limites. De maneira semelhante ao que foi identificado por Almeida, Pacheco e Garcia (2006), os adolescentes não apresentam semelhanças com o que é entendido enquanto aluno ideal.

Outra profissão que lida diretamente com os jovens são os assistentes de desenvolvimento social (ADSs). Através da realização de entrevistas individuais, Espíndula e Santos (2004) apresentam um dendrograma com três classes distribuídas em dois eixos acerca das representações sociais de adolescência para ADSs. No primeiro eixo está a Classe 1: Aspectos Positivos e no segundo eixo, Aspectos Negativos, estão as classes 2 (Pais que não dão limites) e 3 (Adolescentes querem fazer tudo). A classe 1 apresenta a adolescência como uma fase boa, de ingresso no trabalho e de planejamento para o futuro. As classes 2 e 3 destacam a falta de controle dos pais no cuidado e criação de adolescentes e a naturalização de características tidas como próprias da adolescência (difícil e conflituosa), respectivamente.

Em um segundo momento, Espíndula e Santos (2004) analisaram se, para os ADSs, haveriam distinções entre adolescentes que estavam cumprindo pena em regime de internação e os que não estariam. Através das quatro classes formadas, os dados demonstram que: sim, existem diferenças de acordo com estes profissionais (classe 1). É sugerido ainda que o que diferencia estes adolescentes são causas de ordem social como o desemprego, por exemplo, (classe 2) e muitas vezes situações circunscritas dentro da família (classe 4), o que tornaria difícil uma possível “recuperação” destes jovens (classe 3).

Mas e os adolescentes e jovens? Quais suas representações sociais sobre adolescência/juventude? Cruz, Rosa e Coutinho (2016) investigaram as representações sociais de jovens e juventude para universitários a partir da variável sexo. Acerca das representações sociais de jovens, em comum entre os sexos estão estudo, faculdade e futuro no núcleo central seguidos de balada, diversão, drogas e

rebelde na periferia. Sobre as representações sociais de juventude, estudo/educação e fase são os termos que compõem o núcleo central para os dois sexos estudados. As autoras informam também que os dados das entrevistas realizadas retificam os dados obtidos através da associação livre e concluem:

Ao final do estudo compreende-se que as representações sociais de jovem e de juventude se entrelaçam, de modo que a representação de juventude como uma fase da vida, momento de preparação para a vida adulta, marcada pela aquisição de responsabilidades através do estudo e do ingresso na faculdade, colabora para uma representação do jovem como alguém que ao mesmo tempo precisa dedicar-se ao futuro – assumir responsabilidades, mas sem deixar de aproveitar o momento vivenciado, no qual ainda é aceitável socialmente a transgressão de algumas regras, demarcando a rebeldia e a irresponsabilidade como traços marcantes no imaginário social sobre a juventude (p.184).

Martins, Trindade e Almeida (2003) se propuseram a estudar as representações sociais de adolescência a partir de estudantes de Ensino Médio de uma escola particular de um bairro de classe média alta e alta e de uma escola pública de uma região agrícola. Utilizando a metodologia proposta por Doise, as autoras investigaram os três níveis de análise da representação social de adolescência e fizeram uso de 3 *softwares* para auxiliar neste processo.

Através das questões abertas, Martins, Trindade e Almeida (2003) apresentam que o campo comum da representação social de adolescência está organizado em três grandes eixos: Curtição, Busca da Felicidade e Futuro, respectivamente. No primeiro eixo, é descrito como o jovem, rebelde e confuso, deseja viver o presente e não se preocupa com o futuro (classe 1). O segundo eixo descreve como o jovem busca a felicidade através de bons relacionamentos sejam românticos, religiosos e/ou familiares (classe 5) e busca se manter num caminho tido como certo (classe 2). O terceiro eixo apresenta a preocupação com o futuro na busca de um emprego e na constituição de uma família, por exemplo, (classe 3) sendo necessário o cuidado para não participar de coisas e situações que possam afastar o jovem deste futuro desejado (classe 4). Ainda no campo comum, na análise das evocações, a representação social de adolescência é caracterizada pela alegria, descobertas, liberdade, problemas e responsabilidade, respectivamente. Na análise de similitude, a curtição é a parte central de ser adolescente.

No segundo nível de análise, diferenças intergrupais, os discursos de adolescentes de zona urbana e de zona rural se distinguem (MARTINS; TRINDADE;

ALMEIDA, 2003). Para os adolescentes de zona urbana, o discurso é mais próximo das classes 1 e 4 sendo, na evocação, as palavras mais representativas: alegria, juventude, liberdade e problemas. Em contrapartida, o discurso dos adolescentes de zona rural é mais próximo das classes 2, 5 e 3 tendo na evocação as palavras mais representativas: alegria, liberdade, rebeldia e responsabilidade. No terceiro nível de análise, Martins, Trindade e Almeida (2003) concluem que a adolescência, apesar das diferentes configurações, está ancorada em concepções mais tradicionais.

Paixão, Almeida e Rosa-Lima (2012) também buscaram investigar as representações sociais de adolescência dos próprios adolescentes. O adolescente é aqui caracterizado pela curtição, pela felicidade, pelo desejo de liberdade e pela rebeldia, sendo a adolescência concebida como uma fase. Os autores investigam outros “modos” de ser adolescente: adolescente normal, adolescente carente e adolescente infrator. Seguindo esta proposta, o adolescente normal é estudante e deve buscar a responsabilidade, apesar que a rebeldia também ser esperada. O adolescente carente é aquele marcado pela falta em diferentes aspectos seja financeiro e/ou afetivo. Também é aquele marcado pela pobreza e que a responsabilidade vinculada ao adulto disputa espaço com o que é esperado da adolescência. Por fim, o adolescente infrator é aquele envolvido no crime e a correlação entre violência e pobreza também é explícita. Sobre isto, Espíndula e colaboradores (2006) pontuam:

Quando o foco está nesses jovens [adolescente em conflito com a lei], a condição de adolescente só é recuperada nos seus aspectos negativos, e a imaturidade e as ambigüidades apontadas para outros adolescentes até como indicadores de potencialidades são aqui tratadas como evidências do caráter de bandido sem possibilidade de remissão. Enquanto a adolescência, para os outros grupos, é considerada como fase de transição para o futuro, a estes de quem estamos falando o futuro é negado, permanecendo apenas uma perspectiva de contenção mascarada pelos projetos de ressocialização. (p.19)

Em concordância com isto, quando circunscritos em contextos de violência, os jovens parecem ser uma questão “ainda mais problemática do que normalmente são”, de acordo com o que também é apresentado nas pesquisas a seguir.

Ao realizarem grupos focais com professores de escolas particulares e policiais civis, Galinkin, Almeida e Anchieta (2012) identificam causas e explicações semelhantes para a violência juvenil segundo os dois grupos. Para os professores, as principais causas são as famílias (através do excesso de liberdade, falta do

diálogo e distanciamento dos pais, inclusive responsabilizando configurações diferentes da tida “família tradicional”), (má) influência (de outros jovens), modismo da violência e modernidade. Apesar de terem diferentes concepções de violência, os policiais civis identificam como as principais causas de violência: causas estruturais (desigualdades socioeconômicas), família (distanciamento dos pais, “desestrutura” e violência familiar) e a (má) índole. As autoras descrevem que, para os professores e os policiais civis, é necessária a supervisão e controle dos jovens sendo da família esta responsabilidade.

Santos, Aléssio e Silva (2009) ao analisarem as representações sociais sobre adolescência e violência veiculadas pela imprensa pernambucana, identificam que o estrato social que o jovem está inserido afeta esta representação. Com isto, em linhas gerais, os jovens da classe média/alta são vítimas e raramente envolvidos em violência. Os jovens de estratos sociais baixos, entretanto são destacados enquanto autores da violência e isto é tido como fato regular e até, de certa maneira, esperado.

Ainda sobre a mídia, Almeida (2005b) apresenta dados que demonstram que no Brasil entre os anos de 1999 e 2003 houve um aumento no número de matérias relacionadas a infância e a adolescência. A autora demonstra também como entre os anos de 1999 e 2000 as publicações sobre violência juvenil aumentaram 121,65%, um percentual muito maior do que o registro de casos, e que isto é consequência da exploração da mídia por temas relacionados a violência.

Dentre todos estes distintos grupos estudados, os elementos que compõem a representação social de adolescência/juventude encontram-se relacionados. Nos estudos mencionados, os jovens são definidos através de elementos negativos: irresponsáveis, difíceis, vulneráveis, rebeldes, problemáticos, dentre outros. Sobre isto, Menandro, Trindade e Almeida (2003) argumentam que:

Pensamos que o conjunto de representações sociais de adolescência/juventude ou de adolescente/jovem apóia-se em sistema de crenças e valores presentes na sociedade, ancorados em conhecimento científico produzido há muito tempo atrás. Identificamos como âncoras destas representações sociais, parte das proposições da teoria de Hall sobre a adolescência. A teoria de Hall concebe a adolescência como um período complexo e associado ao desenvolvimento da individualidade, caracterizado por instabilidade e turbulência, características relacionadas diretamente ao desenvolvimento sexual (p.51).

Em complementaridade com as representações sociais de adolescência e juventude, estão as representações sociais do desenvolvimento humano. Almeida e Cunha (2003) solicitaram a educadores de crianças, de adolescentes, de adultos e de idosos que marcassem palavras e expressões que melhor caracterizavam cada uma destas etapas da vida numa lista apresentada pelas pesquisadoras. Para os educadores, o desenvolvimento é entendido através de uma concepção acumulativa e progressista de modo que: a criança, ser inocente, brinca e aprende sob a dependência de sua família, responsável pelo sustento e cuidado; aos adolescentes está assegurado o lugar do “ainda não”; a adultez é o momento caracterizado pela independência, responsabilidade e cuidado de outros e para a velhice é reservado o declínio. As autoras apresentam ainda que para a maioria dos educadores, 58,6%, o ápice do desenvolvimento é a adultez.

Santos, Aléssio e Albuquerque (2007), também investigando sobre as representações sociais do desenvolvimento humano, solicitaram a mães, pais e professores de adolescentes de camadas médias e altas que assinalassem sentenças que caracterizavam mais e sentenças que caracterizassem menos cada etapa do desenvolvimento. Para estes, a infância seria mais caracterizada por descobertas, brincadeiras e aprendizagens e menos caracterizada pelo trabalho, ápice da maturidade e responsabilidades. Sobre a adolescência, o que mais a caracteriza são as transformações do corpo, as descobertas sexuais e a rebeldia e o que menos a caracteriza são o ápice da maturidade, a experiência, estabilidade e decadência. A adultez, por sua vez, é mais caracterizada pelo trabalho, responsabilidades, produtividade e independência e menos caracterizada pela inocência e brincadeiras. Por fim, a sabedoria, a experiência e a dependência seriam o que mais caracteriza a velhice e as descobertas sexuais, a rebeldia e o trabalho o que menos caracterizaria esta etapa do desenvolvimento.

Em um segundo momento, as mesmas autoras realizaram entrevistas com adolescentes sobre as concepções de cada uma destas etapas e de desenvolvimento humano. Para estes, a infância também é associada a brincadeiras, a adolescência é uma fase de transição onde se obtém mais liberdade e responsabilidade, a adultez é a fase da independência e a velhice é condicionada “à cabeça” e não ao corpo.

Outro importante elemento das pesquisas apresentadas é que a adolescência/juventude não é reconhecida como uma fase por si só, mas

majoritariamente como um momento de transição do que se é para o que se há de vir como pode ser observado na descrição de juventude apresentada pelo UNFPA (2010):

O conceito de juventude refere-se à fase de vida situada entre a infância e a idade adulta. Trata-se, portanto, de uma etapa de aquisição das habilidades sociais, atribuições de deveres e responsabilidades e afirmação da identidade. As escolhas realizadas nessa fase de vida têm forte influência no futuro, como fator de ampliação ou limitação da vida adulta. (p.15)

Para além dos aspectos já descritos, alguns autores relatam haver afastamento e apatia dos jovens pela política (MORAIS; BAQUERO, 2018). Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (2013), os problemas que mais preocupavam os jovens naquele momento eram a violência, emprego, saúde, educação, drogas e crise econômica (citada por 43%, 34%, 26%, 23%, 18% e 18% dos jovens, respectivamente). Sobre estes dados é descrito ainda como o estrato social impacta nas respostas de modo que a preocupação com violência é maior nas pessoas que tem rendas maiores e a preocupação com emprego é maior nas pessoas que tem rendas menores.

Nesta mesma pesquisa, há um tópico sobre vida política. Acerca da importância da política, 54% dos jovens acreditam que a política é muito importante, 29% acreditam que é mais ou menos importante, 16% acreditam que não é importante e 1% não sabe. Da mesma maneira que o tópico anterior, a distribuição de renda impacta as respostas dos entrevistados: a importância atribuída à política cresce conforme aumenta a renda.

Ainda conforme a pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude (2013, p. 86): “É muito clara para os jovens a percepção sobre a capacidade da juventude de mudar o mundo. Cerca de nove em cada dez responderam que os jovens podem mudar o mundo, sendo que, para sete, eles podem mudá-lo muito”. Dentre as principais formas de atuação política que devem ser feitas para ajudar o Brasil a melhorar descritas pelos jovens nesta pesquisa estão: a participação em mobilizações de rua e outras ações diretas (46%); a atuação em associações ou coletivos (45%); a atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo (36%); a atuação pela *Internet* (35%) e a atuação em partidos políticos (30%). Os jovens consideram ainda que é importante a organização da sociedade em coletivos e movimentos sociais (44%) e em partidos

(30%) para melhorar o país. Em contrapartida, 54% destes jovens disseram nunca ter tido envolvimento pessoal em formas de participação política ou social.

As maneiras que estes jovens participam política e socialmente também são afetadas pelo estrato social. Dentre os apontamentos realizados na pesquisa da Secretaria Nacional de Juventude (2013), os jovens com rendas altas têm maior participação através da atuação pela internet (39% comparados aos 30% dos jovens com menores rendas) e da atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo (39% comprados aos 33% dos jovens com menores rendas) enquanto os jovens com rendas menores têm maior participação através dos partidos políticos (34% comparados aos 25 % dos jovens com maiores rendas). Brenner (2014) ressalta ainda a importância que a família, a escola e as relações de amizade têm no interesse e no engajamento político dos jovens considerando que estes contribuem na formação de crenças, normas e valores.

Estes dados refletem como os jovens acreditam ser potenciais agentes de mudança e a estratégia usada por muitos de nós para alcançar este propósito é através da militância e/ou do ativismo. Sales, Fontes e Yasui (2018, 2019) relatam que estas nomenclaturas são utilizadas no Brasil e por alguns autores como sinônimos, mas alertam haver entre elas distinções no meio social.

Alguns autores, como Veiga-Neto (2012) e Silva e Ruskowski (2016), apresentam aproximações e distanciamentos entre a militância/engajamento militante e o ativismo. Segundo Veiga-Neto (2012), a principal aproximação refere-se à busca e à ação por mudanças no contexto atual, mas a militância é de ordem coletiva e contínua, enquanto o ativismo seria de ordem individual e pontual.

Conforme isto, adotamos a definição de engajamento militante proposta por Sawicki e Siméant (2011, p. 201): “entendida como toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa”. Veiga-Neto (2012, p.273) também apresenta o conceito: “[...] a militância pode ser compreendida como um conjunto de ações coletivas que seguem um ideário comum, partilhado e assumido pelos membros da coletividade que, no caso, se constituem como uma comunidade”.

Alguns autores defendem que os jovens atualmente exercem a participação política através de outros mecanismos além dos considerados convencionais, como os partidos políticos, falando assim de novas formas (BAQUERO; BAQUERO, 2012;

STABILE, 2012) e de pluralidades de participação juvenil (BRITES; PONTE, 2012). Outros autores, entretanto, descrevem que os números de participação de jovens através de mecanismos considerados convencionais são estáveis e também descrevem que não há diferença significativa entre a presença de jovens e de pessoas de outras faixas etárias (RIBEIRO, 2012).

Considerando as pesquisas em psicologia envolvendo militância, Vinadé e Guareschi (2007, p. 69) nos convidam: “Precisamos, como psicólogos sociais, repensar a militância para que não corramos o risco de cristalizar nossas práticas com base em velhas e obsoletas categorias de análise”. Os mesmos autores (2007, 2008) ressaltam ainda que a militância não é um fenômeno estático, natural ou permanente.

Pereira (2016) frisa que na mídia a militância das décadas de 1960, 1980/1990 e 2000 foram construídas focalizando a rebeldia e os hormônios dos jovens e a disputa entre as gerações. A autora menciona ainda que a militância dos anos 60 passou a ser descrita pela mídia como o exemplo a ser seguido pelas formas de militância nas décadas seguintes.

Baltazar (2004) e Vinadé e Guareschi (2007) apresentam vantagens e desvantagens proporcionadas pela militância apresentadas por militantes. Dentre as vantagens descritas pelos autores são mencionados: crescimento pessoal, crescimento profissional, aprendizagem e aquisição de conhecimentos. A respeito das desvantagens são mencionados principalmente a falta de tempo para si e para os outros e o impacto disto em suas relações pessoais e, por vezes, profissionais além das disputas internas e entre os movimentos.

Conforme isto, Torres, Gomes, Techio e Camino (1997) defendem que, nos conjuntos de síndromes culturais propostos por Triandis, o coletivismo e o individualismo são os mais importantes para análise de diferenciação intergrupar. Inicialmente, planejamos estudar os posicionamentos de direita e esquerda, mas refletindo sobre a atual polarização política que ronda estes termos e a possibilidade de afastar os participantes através destas categorias, pensamos em outras maneiras de possibilitar o contato com participantes. Deste modo, optamos por nomear os posicionamentos estudados de orientação social e orientação liberal: o primeiro referente aos posicionamentos de esquerda e o segundo referente aos posicionamentos de direita.

Torres, Pereira, Estramiana e Albernaz (2011) apresentam um estudo sobre esquerda e direita realizado com estudantes universitários. Os conteúdos associados à esquerda foram: povo, social, igualdade, comunismo, contra, revolução, radical e idealista. A direita, por sua vez, estava associada a: liberdade, capitalismo, ditador, corrupto, conservador, ricos e apoio. Ambos os posicionamentos estavam associados à democracia. Apesar do tempo passado e das mudanças ocorridas nestes dez anos desde a publicação do estudo, estes dados sinalizam para possibilidades de compreender tanto a direita como a esquerda.

A partir destas categorias, entendemos que os jovens partilham de crenças e projetos de sociedade diferentes, de modo que acreditamos que: os jovens dentro do espectro liberal tenderão a priorizar os direitos individuais e acentuar a responsabilidade individual; enquanto os jovens dentro do espectro social priorizarão os direitos sociais e acentuarão a responsabilidade social. Registra-se aqui que somos cientes e conscientes da grande variação possível e existente dentro da categoria social, mas acreditamos ser este um bom ponto de partida para o tipo de pesquisa que aqui almejamos.

Bertollo-Nardi, Souza e Menandro (2012), ao investigarem sobre as relações intergrupais entre jovens militantes filiados a diferentes partidos políticos, descrevem sobre os partidos de esquerda. Os autores apresentam que, segundo os participantes, os partidos de extrema-esquerda são socialistas, marxistas e contrários às políticas neoliberais. Os partidos de esquerda, por sua vez, defenderiam os mesmos ideais que os da extrema-esquerda, mas sem a extremização destes e mais adaptados à realidade política atual. Por sua vez, os partidos de centro-esquerda seriam mais democráticos, conscientes e teriam um compromisso com o social apesar de não defenderem uma perspectiva marxista ou socialista.

Por fim, destacamos que os participantes da pesquisa estão circunscritos na Região Nordeste do Brasil e, de modo particular, em Recife, capital do estado de Pernambuco. Apesar de muito do conhecimento científico ser produzido pela e para a capital, aqui a pesquisa foi circunscrita em Recife por ser o lugar no qual há grande contingente e fluxo de jovens (sendo a cidade mais populosa de Pernambuco).

No último censo, 1.537.704 pessoas habitavam a capital pernambucana (IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011)<sup>4</sup>. Ainda segundo o IBGE, deste total, 406.620 pessoas têm entre 15 e 19 anos, 139.894 pessoas têm entre 20 e 24 anos e 141.152 pessoas têm entre 25 e 29 anos (IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA., [S.d.]). Estas faixas etárias correspondem ao que é descrito enquanto juventude (BRASIL, 2013) e totalizam 406.620 pessoas, ou seja, 26,44% dos habitantes de Recife são jovens.

Desta maneira, com isto exposto, apresentamos nossas questões: quais as representações sociais de direitos humanos para militantes de orientação social? O que se concebe enquanto garantia e violação destes? Quais são as justificativas e os valores sociais que permeiam estas representações?

---

<sup>4</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) previa a realização de outro censo demográfico em 2020; mas, devido a pandemia de COVID-19, a realização deste foi adiada para 2021. Conforme isto, os dados apresentados nesta dissertação correspondem ao Censo Demográfico realizado no ano de 2010 considerando que no Brasil estes são realizados a cada dez anos.

## 5 OBJETIVOS

### 5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as representações sociais de direitos humanos para jovens militantes de orientação social.

### 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar se existem referências comuns aos sujeitos estudados;
- Identificar os valores que fundamentam as representações sociais de direitos humanos;
- Analisar as justificativas do posicionamento grupal sobre direitos humanos.

## 6 PERCURSO(S) METODOLÓGICO(S)

Almejando facilitar a leitura e a compreensão, a presente pesquisa será apresentada em etapas. Estas etapas são partes complementares e, juntas, são propostas como uma das alternativas possíveis para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa.

### 6.1 NATUREZA DA PESQUISA

O presente trabalho é uma proposta de estudo de natureza qualitativa, transversal e de caráter descritivo e reflexivo.

### 6.2 INSTRUMENTOS

- Questionário Sociodemográfico (APÊNDICE A)

Este foi usado para obter a caracterização dos participantes da pesquisa possibilitando maior entendimento sobre o grupo estudado. Dentre as informações solicitadas aos participantes estão: identidade de gênero, orientação política e grau de escolaridade.

- Associação Livre (APÊNDICE B)

A associação livre consiste no uso de um termo indutor (nesta pesquisa, o termo indutor foi “direitos humanos”) e no registro das primeiras palavras ou expressões nas quais se pensa perante este termo indutor. Segundo Gaskell (2018), a associação livre é uma boa técnica para que os participantes apresentem de maneira livre e espontânea o que compreendem sobre determinado objeto e temas relacionados a este.

Após este registro, foi pedido aos participantes para classificar a importância (variando de 1 a 5, onde 1 equivalia a menor importância e 5 maior importância) e justificar a escolha das palavras e expressões evocadas. Através deste estudo, almejou-se identificar o campo comum das representações sociais de direitos humanos para os participantes.

- Entrevistas (APÊNDICE C)

Antes de ser descrito o procedimento das entrevistas realizado neste trabalho, faz-se necessário apresentar a concepção adotada para a presente pesquisa. Em conformidade com Gaskell (2018), a entrevista não é um processo onde algum dos envolvidos ocupa um espaço de passividade e/ou destaque, mas sim uma construção coletiva onde entrevistado e entrevistador fazem parte da formação do conhecimento.

De modo mais particular, sobre o uso de entrevista nas pesquisas com representações sociais, Almeida (2005a) aponta esta estratégia metodológica como uma interessante possibilidade para estes estudos. Ela argumenta ainda sobre o uso da entrevista associada a outras técnicas de investigação científica como potencializadora dos dados de pesquisa.

A entrevista consistiu em duas solicitações: narrar uma história, real e/ou imaginária, na qual os direitos humanos fossem respeitados e outra em que os direitos humanos fossem violados. A partir deste recurso, procurou-se investigar o posicionamento grupal e analisar as justificativas destes acerca do tema direitos humanos.

Sobre a seleção de participantes para a entrevista, Gaskell (2018, p.70) defende que “Aqui, devido ao fato de o número de entrevistados ser necessariamente pequeno, o pesquisador deve usar sua imaginação social científica para montar a seleção dos respondentes”. Buscou-se, para a realização das entrevistas, jovens que estavam envolvidos em diferentes causas e organizações sociais e/ou políticas e que tivessem relatado interesse em participar também da fase de entrevistas.

### 6.3 PARTICIPANTES

Para as etapas apresentadas foram convidados jovens de diferentes identidades de gêneros entre os 18 e 29 anos habitantes da cidade do Recife. Além destes critérios, os jovens deveriam se reconhecer enquanto militantes e de posicionamento social. A partir disto, para o critério militância foram consideradas pessoas participantes de diferentes grupos e/ou instituições e envolvidas na defesa e promoção de causas diversas. A classificação do posicionamento, dentro do espectro social, também foi dada pelos participantes buscando evitar uma classificação impositiva. Os critérios de militância e posicionamento político advém

da autodeclaração considerando que reconhecer-se está envolvido nos processos de identidade e categorização social. A autodeclaração enquanto apolítico, posicionamento político que não fosse de orientação social ou a não definição do posicionamento político foram critérios de exclusão.

#### 6.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A técnica utilizada nesta pesquisa é conhecida como bola de neve na qual Vinuto (2014, p. 203) define: “[...] é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência”. A partir das sementes (pessoas que conhecem e/ou estão inseridas em contextos de aproximação com os grupos de interesse da pesquisa) foram estabelecidas indicações de potenciais participantes e estes, posteriormente, conforme disponibilidade, também foram convidados a indicar outros potenciais participantes. Em conformidade com isto, conversei com outros pesquisadores, militantes, familiares e amigos, que funcionaram como sementes, buscando indicações de pessoas que estivessem nos critérios de inclusão desta pesquisa. Uma alternativa utilizada foi realizar esta busca em fóruns de discussões em redes sociais também indicadas por estes.

Durante o contato com as pessoas indicadas, realizei o convite para participação na pesquisa explicando seus objetivos e procedimentos. Sobre a técnica de bola de neve, Becker (1993) aponta que:

Esta estratégia resolve o problema do acesso de forma conveniente; pelo menos se conhece alguém que pode ser observado ou entrevistado, e pode-se tentar fazer com que este indivíduo o apresente aos outros e seja seu fiador, desse modo deflagrando uma espécie de amostragem em bola de neve. (p. 155)

Durante a realização da pesquisa, a escolha por esta técnica se mostrou adequada: alguns participantes quando convidados só aceitaram participar da pesquisa após falar com a pessoa que os indicou. Assim, a decisão de participar da pesquisa se deu também através da relação de confiança que os participantes têm entre si.

Os participantes que, mesmo reconhecidos como militantes por seus pares e indicados através desta técnica, declararam não se reconhecer como militantes e/ou

de orientação social não participaram da pesquisa. Diante esta situação, agradecia-se a disponibilidade em participar e o contato era encerrado.

Os dados obtidos através da associação livre foram produzidos entre março e julho de 2020 onde foram reapresentados os objetivos e procedimentos da pesquisa através da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE D). Diante da aceitação em participar da pesquisa e concordar com o TCLE, os participantes foram instruídos sobre como proceder diante o preenchimento do instrumento de pesquisa. Inicialmente, esta etapa se deu de maneira presencial e individual, entretanto, devido a pandemia de COVID-19, ela foi finalizada através de formulário *on-line*.

As entrevistas foram realizadas de modo individual através da plataforma *Google Meet* durante os meses de junho e julho de 2020. Todas as entrevistas foram registradas com gravador de voz e, posteriormente, transcritas na íntegra. A duração das entrevistas foi entre 7 e 30 minutos (variável conforme a necessidade de cada participante).

## 6.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os dados de evocação foram analisados através das análises prototípica e de similitude e as justificativas foram analisadas através da Classificação Hierárquica Descendente (CHD). As análises dos dois procedimentos foram realizadas com o auxílio do *software* Iramuteq. As entrevistas foram utilizadas como estratégia para ilustrar os dados e esmiuçar os grandes temas trazidos.

Sobre o uso de *softwares* na análise de dados qualitativos, alguns dos benefícios descritos são: aumento da qualidade da pesquisa; aumento na eficiência do processo e maior facilidade, organização, manejo e velocidade no gerenciamento dos dados (FLICK, 2009; SOUZA et al., 2018). Kronberger e Wagner (2018) explicam que:

A análise computadorizada substitui o sentido da frase, analisando coocorrências localizadas de palavras. A ideia subjacente é que o sentido das proposições e sentenças pode ser captado, se for possível identificar aquelas palavras que andam juntas nas frases e que são ditas pelo maior número de respondentes possível (p. 421).

O Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) é um *software* gratuito que tem funcionalidades do *software* estatístico R. Através do Iramuteq, é possível realizar vários tipos de análise estatística textual, como a lexicografia básica e análises multivariadas, e também análise de matrizes (SOUZA et al., 2018; CAMARGO, JUSTO, 2013). Acerca de seu uso, Camargo e Justo (2013) defendem que o Iramuteq tem rigor estatístico e pode trazer contribuições nas pesquisas de ciências humanas e sociais.

Para a análise prototípica, as palavras foram organizadas pela frequência e ordem de evocação e, a partir disto, formando categorias através do processamento destes dados juntos. Wachelke e Wolter (2011, p.522) descrevem: “O cruzamento das duas coordenadas, classificadas em valores altos e baixos, gera quatro zonas que caracterizam a tabela de resultados da análise prototípica”. A partir desta tabela, é possível compreender melhor a organização e entendimento do objeto para os participantes.

A análise de similitude, por sua vez, possibilita uma visualização da relação entre as palavras e/ou expressões evocadas pelos participantes possibilitando entender temas perante a compreensão do objeto que está sendo investigado.

Para a realização da CHD, os dados foram transcritos na íntegra e ajustados conforme as indicações de preparação do material para o processamento dos dados pelo *software* (organização das linhas de comando, união de palavras compostas etc.). Em seguida, no processamento de dados, o *corpus* foi agrupado conforme palavras (através dos radicais comuns) e expressões de maior frequência e ausência através do teste qui-quadrado ( $\chi^2$ ). A partir disto, foram formadas classes por semelhança de como o objeto é entendido/tratado, apresentadas em forma de dendrograma e, através disto, foi possível analisar e fazer correlações entre estas classes.

## 6.6 ASPECTOS ÉTICOS

A realização da pesquisa obedeceu aos preceitos éticos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, a pesquisa só foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Pernambuco, sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 26649619.6.0000.5208 (APÊNDICE E).

Em março de 2020, diante da necessidade de distanciamento físico por conta da pandemia de COVID- 19, os encontros presenciais com participantes foram interrompidos visando a segurança e proteção da equipe de pesquisa e participantes. Foi enviada uma emenda ao CEP solicitando dar continuidade aos encontros digitalmente. Esta emenda também foi aprovada.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os resultados serão apresentados e discutidos em quatro seções. Na primeira, será apresentada a caracterização dos participantes a partir das informações do questionário sociodemográfico. Os dados obtidos através da associação livre de palavras, tendo sido realizadas a análise prototípica e a análise de similitude, serão apresentados nas segunda e terceira seções, respectivamente. Na quarta seção apresentaremos o material advindo das justificativas e das entrevistas.

## 7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A amostra é composta por 50 jovens com níveis e formas de participação política e social diversas. Deste total, 32 pessoas se declararam do gênero feminino, 16 do masculino e 2 não-binárias correspondendo, respectivamente, a 64%, 32% e 4% da amostra deste grupo. Conforme o que foi apresentado anteriormente, a idade mínima dos participantes foi 18 anos e a idade máxima foi 29 anos, sendo a idade média de 24 anos.

Seguindo as categorias utilizadas pelo IBGE e com base na autodeclaração, 19 pessoas informaram ser brancas (38%), 16 pretas (32%), 13 pardas (26%), 1 amarela (2%) e 1 indígena (2%). Considerando as especificidades a partir da identidade de gênero, a maioria dos homens se reconhece como pardo (56,25%), a maioria das mulheres como branca (43,75%) e preta (40,625%) e valores idênticos são encontrados sobre as pessoas não-binárias.

Tabela 1 - Cor dos participantes a partir da identidade de gênero.

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Não-binárias</b>
<b>Amarela</b>	0	1 (6,25%)	0
<b>Branca</b>	14 (43,75%)	4 (25%)	1 (50%)
<b>Indígena</b>	1 (3,125%)	0	0
<b>Parda</b>	4 (12,5%)	9 (56,25%)	0
<b>Preta</b>	13 (40,625%)	2 (12,5%)	1 (50%)

Fonte: A autora (2021)

A respeito do grau de escolaridade, a maior parte dos participantes estava cursando o ensino superior (52%). Alguns dos participantes especificaram ainda a quais cursos estavam vinculados: Pedagogia, Direito, Psicologia, Administração, licenciatura em Geografia e Serviço Social. Os demais participantes afirmaram ter concluído o ensino superior (16%), estar com uma especialização em andamento (12%), ter ensino médio completo (8%) ter especialização completa (6%), ter concluído o mestrado (4%) e estar cursando o mestrado (2%). Mais detalhes sobre o grau de escolaridade serão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Grau de escolaridade dos participantes a partir da identidade de gênero.

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Não-Binárias</b>
<b>Ensino Médio Completo</b>	4 (12,5%)	0	0
<b>Ensino Superior em Andamento</b>	11 (34,375%)	13 (81,25%)	2 (100%)
<b>Ensino Superior Completo</b>	7 (21,875%)	1 (6,25%)	0
<b>Especialização em Andamento</b>	6 (18,75%)	0	0
<b>Especialização Completa</b>	1 (3,125%)	2 (12,5%)	0
<b>Mestrado em Andamento</b>	1 (3,125%)	0	0
<b>Mestrado Completo</b>	2 (6,5%)	0	0

Fonte: A autora (2021)

Levando em consideração o que foi apresentado acerca do grau de escolaridade dos participantes, é possível compreender melhor as ocupações destes. Assim, atentando-se ao todo, temos como as ocupações mais frequentes: estudantes (22), professores (5) e psicólogas (5), respectivamente. Entretanto, é possível perceber também uma grande variedade de ocupações: engenheiro, poeta, historiador, publicitária, economista doméstica e advogada, por exemplo (APÊNDICE F). Alguns participantes nomearam mais de uma ocupação. Destaco

ainda que dois participantes concorreram ao cargo de vereador nas eleições de 2020.

Em relação à renda familiar, 3 participantes declararam não saber informar (6%), 10 declararam menos de um salário mínimo (20%), 17 declararam entre um a três salários mínimos (34%), 16 declararam entre três a seis salários mínimos (32%), 2 declararam entre seis a nove salários mínimos (4%) e 2 declararam mais de nove salários mínimos (4%). As rendas variaram entre 200 reais (mínimo) e 20 salários mínimos (máximo) e ambas foram declaradas por mulheres. Enfatizo ainda que, no momento da realização desta pesquisa, o salário mínimo no Brasil correspondia a 1.045,00 reais (BRASIL, 2020).

Falando da militância de modo mais propriamente dito, apresentaremos agora os dados sobre tempo na militância, participação em partidos políticos e/ou grupos diversos, causas defendidas e atividades desenvolvidas.

Uma das perguntas iniciais propostas no questionário era referente ao tempo que os participantes atuavam como militantes. Conforme isto, 2 participantes afirmaram militar há menos de um ano (4%), 9 participantes afirmaram que entre um e três anos (18%), 23 participantes afirmaram que entre três e seis anos (46%), 10 participantes afirmaram que entre seis e nove anos (20%) e 6 participantes afirmaram que há mais de nove anos (12%). Nas respostas, os tempos variaram entre 5 meses (mínimo) e 14 anos (máximo).

Em relação a participação em partidos políticos:

Entendemos que os partidos políticos, com seus diferentes ideários e estratégias, representam, bem ou mal, as forças sociais residentes na sociedade que se confrontam continuamente com o objetivo de obter melhor posição na hierarquia de grupos políticos, traduzida geralmente pelo reconhecimento público que periodicamente é evidenciado nas eleições. (BERTOLLO-NARDI; SOUZA; MENANDRO, 2012, p. 301)

A partir disto, 66% dos participantes relatam não estar filiados. Tanto no grupo das mulheres quanto no grupo das pessoas não-binárias, a não filiação é predominante correspondendo a 78,13% e 100%, respectivamente. Sobre as outras mulheres, 4 declararam ser filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e 3 declararam ser filiadas à Unidade Popular pelo Socialismo (UP). No grupo dos homens, entretanto, 62,5% estão filiados a algum partido sendo 4 filiados a Unidade Popular pelo Socialismo (UP), 2 filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), 2 filiados

ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e 2 filiados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Contrariamente ao que diz respeito à filiação em partidos políticos, a participação em grupos, instituições e movimentos sociais de militância dos participantes é alta (82%). No grupo das mulheres, a participação é de 75% enquanto no grupo dos homens é de 93,75% e no grupo das pessoas não-binárias é de 100%. É importante ainda destacar que a maioria dos participantes está vinculado a mais de um coletivo e que estes têm abrangências múltiplas (regional, estadual, nacional e mundial). Apresentamos no Apêndice G as respostas sobre os grupos, instituições e movimentos sociais de militância nos quais os participantes estão envolvidos.

A partir dos grupos relatados pelos participantes, é possível perceber que muitas vezes mais de uma causa é defendida e apoiada. Destaca-se também a associação de categorias profissionais diversas e religiões a pautas consideradas tradicionais. No Apêndice H são apresentadas todas as pautas trazidas pelos participantes como causas que defendem. As causas mais frequentemente mencionadas foram relacionadas a cor e raça, mulheres, gênero e sexualidade e ideologias políticas.

Por fim, foi solicitado aos participantes para listar as atividades que desenvolviam como militantes. As atividades mencionadas mais vezes estão relacionadas à participação com e na sociedade (através de protestos, manifestações e debates, por exemplo) e a criação, organização e funcionamento dos coletivos (através da articulação com outros coletivos, operacionalização de tarefas e análise de conjuntura). Todas as atividades listadas pelos participantes estão no Apêndice I.

## 7.2 CAMPO COMUM DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Almejando identificar o campo comum das representações sociais de direitos humanos entre os participantes, apresentamos os resultados obtidos a partir da análise prototípica. Para a realização desta análise, foram seguidos os critérios de construção sugeridos por Wachelke e Wolter (2011). O número total de evocações foi 250 considerando que 50 participantes registraram 5 evocações perante o descritor “direitos humanos”. A frequência média das evocações foi 2,23 e a

frequência mínima adotada para inclusão no quadro foi 2 totalizando cerca de 38% do total de evocações. Após esta exclusão, a definição do ponto de corte da frequência foi estabelecida através da média das formas incluídas na análise. O ponto de corte para média de evocações utilizado foi a mediana. A lematização foi realizada.

Inicialmente, nossa proposta foi solicitar aos participantes que classificassem as palavras e expressões por ordem de importância. Entretanto, durante a organização dos dados para a análise, percebemos que muitos participantes optaram por classificar todas as evocações com maior importância e poucas ou nenhuma com menor importância. Diante isto, optamos por analisar os dados a partir da ordem de evocação das palavras.

Através da análise prototípica, é possível identificar, a partir da frequência e da ordem de evocação das palavras, a estrutura das representações sociais. Nos quadrantes abaixo, o primeiro valor indica a frequência das palavras e o segundo a ordem média de evocação (OME) possibilitando assim a criação de cada um dos quadrantes.

Tabela 3 – Análise prototípica.

	Ordem média de evocação $\leq 3$			Ordem média de evocação $\geq 3$		
	Palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
<b>Frequência <math>\geq 4,24</math></b>	luta	16	2,7	direito	11	3
	liberdade	13	2,2	vida	8	4,1
	justiça	13	2,5	respeito	6	4
	igualdade	12	2,2	garantia	6	3,3
	dignidade	9	2			
	equidade	7	2,3			
<b>Frequência <math>\leq 4,24</math></b>	palavra	Frequência	OME	Palavra	Frequência	OME
	humanidade	4	2	sociedade	4	3,2
	proteção	3	2,3	saúde	4	3,8
	desigualdade	3	2,3	defesa	4	3,2
	necessário	3	2,3	moradia	3	3
	universal	3	2,7	segurança	3	4,3
	importante	2	2,5	conquista	3	3,7
	educação	2	2,5	solidariedade	3	3,3
	cidadania	2	1,5	capitalismo	3	3
	mínimo	2	2	bem	3	4,7
	pessoa	2	2	política	3	3,7

	todos	2	1,5	fraternidade	3	3
	inerente	2	2	ir e vir	3	3,3
	comunismo	2	2	estado	3	3
	básico	2	2,5	racismo	2	4
				valor	2	4,5
				dever	2	3,5
				bandido	2	3,5
				democracia	2	3,5
				indispensáve l	2	3,5
				cuidado	2	5
				saneamento básico	2	3
				voz	2	3,5

Fonte: A autora (2021)

O primeiro quadrante, superior à esquerda, abrange as palavras que, comparadas a média, têm frequência maior e são evocadas mais rapidamente. As palavras deste quadrante, por ordem apresentada, são *luta*, *liberdade*, *justiça*, *igualdade*, *dignidade* e *equidade*. Estas parecem indicar o núcleo central das representações sociais de direitos humanos para os participantes. Assim, neste quadrante, encontram-se elementos atitudinais (*luta*) e conceituais (valores sociais mencionados). A partir disto, pode-se identificar o que Abric (2001) descreveu como elementos normativos:

Os elementos normativos são oriundos diretamente do sistema de valores dos indivíduos. Eles constituem a dimensão fundamentalmente social do núcleo – portanto, da representação – ligada à história do grupo e a sua ideologia. São eles que determinam os julgamentos e as tomadas de posições relativas ao objeto. (p. 85 - 86, tradução nossa)<sup>5</sup>

No segundo quadrante, superior à direita, apresentam-se as palavras que também têm frequência maior que a média, mas que a ordem de evocação é tardia. Neste quadrante, descrito como primeira periferia, estas palavras parecem indicar principalmente os direitos humanos enquanto direito à vida e o respeito e a garantia deste.

<sup>5</sup> No original: “*Les éléments normatifs sont directement issus du système de valeur des individus. Ils constituent la dimension fondamentalement sociale du noyau – donc de la représentation – liée à l’histoire du groupe et à son idéologie. Ce sont eux qui déterminent les jugements et les prises de position relatives à l’objet*”.

O terceiro quadrante, inferior à esquerda, agrupa as palavras que tem frequência menor que a média, mas que são evocadas prontamente. Este quadrante refere-se a zona de contraste e pode revelar a existência de um subgrupo minoritário. A palavra *comunismo*, por exemplo, pode sugerir um subgrupo dentro dos militantes de orientação social: militantes que defendem o comunismo.

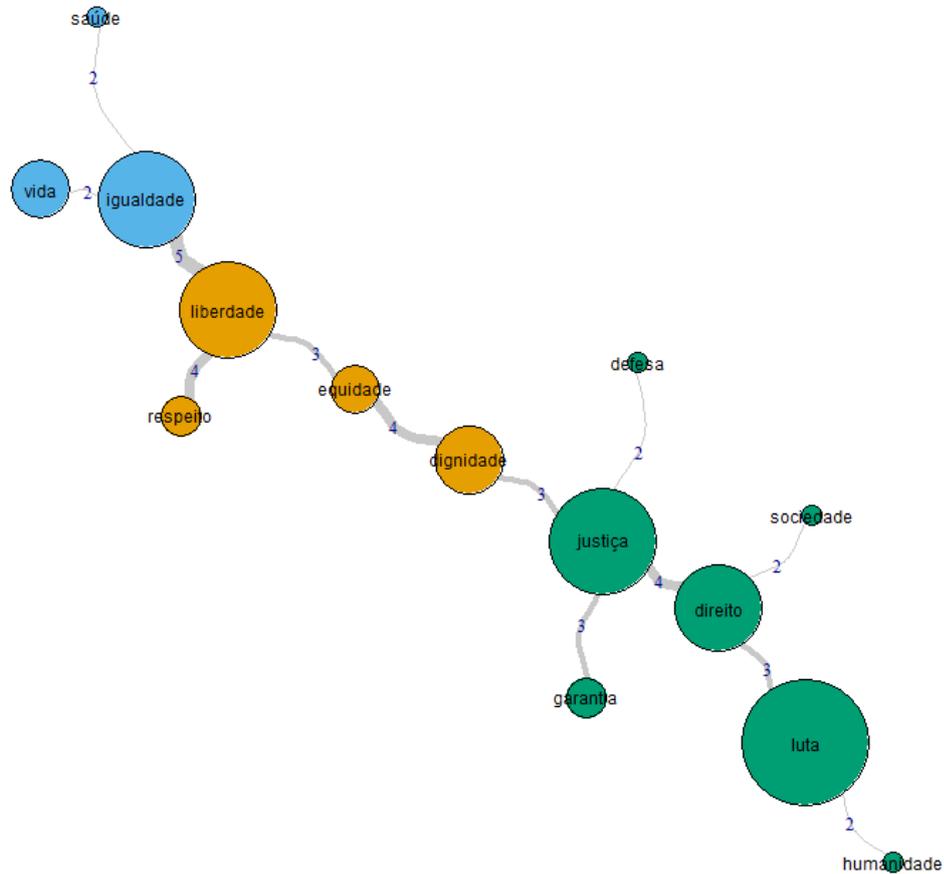
O quarto quadrante, inferior à direita, abrange as palavras que têm baixa frequência e tardiamente evocados comparado a média. Neste quadrante, referente a segunda periferia, as palavras e expressões são mais próximas do cotidiano, conforme preconiza a abordagem estrutural, através das questões sobre saúde, moradia e segurança, por exemplo. Acentua-se também o aparecimento da palavra *bandido* que possivelmente está vinculado à concepção de que os direitos humanos são direitos de bandidos.

Por fim, ressaltamos que Wachelke, Wolter e Matos (2016) afirmam que quanto maior o número de participantes, mais estável serão os resultados. Assim, para realização da análise prototípica, os autores indicam amostras com cerca de 100 participantes e não recomendam a realização com amostras muito pequenas devido à grande variabilidade. Nossos resultados fortalecem a indicação proposta pelos autores.

### 7.3 VALORES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nos dedicaremos agora aos resultados a partir da análise de similitude. Conforme pode ser observado na figura abaixo, são apresentadas as conexões entre as palavras. A partir da Técnica de Associação Livre de Palavras, surgiram 121 palavras e expressões diferentes. Para a elaboração da figura, foram consideradas palavras e expressões com frequência mínima 4, equivalente a 11.6% das palavras evocadas pelos participantes (62% das palavras tiveram frequência igual a 1). Todas as evocações e suas frequências são apresentadas no Apêndice J.

Figura 1 - Análise de Similitude



Fonte: A autora (2021)

As palavras que mais se destacam são *luta*, *direito*, *justiça*, *liberdade* e *igualdade*. Este grafo indica uma compreensão acerca dos direitos humanos como um processo que busca à igualdade, à liberdade e à justiça de modo que a efetivação do direito exige constante mobilização através da luta. Destaca-se também que *luta* tem grande ênfase no grafo apresentado, sendo uma explicação possível a inserção dos participantes na militância.

Considerando as três marcações no grafo através das cores, é possível identificar como as relações entre as palavras de modo mais específico. Na parte azul, a *igualdade* está em maior evidência e parece estar relacionada a condições mais igualitárias de vida e no acesso à saúde. No trecho dourado, temos palavras que representam valores que se destacam na DUDH e em documentos sobre os direitos humanos: *liberdade*, *equidade*, *dignidade* e *respeito*. Estes valores parecem

demonstrar o cerne das concepções e discussões acerca de direitos humanos. Por sua vez, a parte verde agrega com realce os termos *justiça*, *direito* e *luta*. A palavra *justiça* aparenta estar diretamente relacionada a garantia e a defesa do que é proposto enquanto direitos humanos para a sociedade e enquanto fruto de luta.

Perante o que foi descrito até aqui, observa-se que muitas das palavras que foram destacadas a partir da análise são valores sociais. Pereira, Ribeiro e Cardoso (2004, p. 58) descrevem que “ [...] os valores, organizados em sistemas, expressam os conflitos ideológicos que ocorrem nas sociedades, orientam os comportamentos e estão ancorados nas identidades dos grupos sociais e nos posicionamentos ideológicos derivados dessas identidades” .

Estramiana, Pereira, Monter e Zlobina (2013) explicitam a relação dos valores sociais com o voto e o ativismo político. Os autores descrevem um estudo realizado na Itália no qual evidencia-se que os valores do eleitor direcionam os valores políticos e estes acabam por direcionar o voto. Assim, conforme descrito, os eleitores que defendiam a tradição, conformidade, poder e êxito tendem a defender um governo descrito como forte, moral tradicional, intervenções militares e mercado competitivo e optam por votar em partidos de direita; enquanto eleitores que defendem a universalidade e benevolência defendem um governo descrito enquanto mais tolerante e preocupado com o bem-estar de todos, optando por votar em partidos de esquerda. Em outro estudo, apresentado pelos mesmos autores, o ativismo político, nomenclatura apresentada, relaciona-se com a universalidade, pouca segurança e pouca conformidade. Os resultados da nossa amostra parecem ir na mesma direção dos estudos apresentados.

Por fim, ressalta-se também que “Os valores, mesmo aqueles que estão na base da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, estão claramente ancorados em dinâmicas conflituais” (DOISE, 2002b, p. 125). O autor continua ao explicar que para a definição do que seriam direitos havia a disputa entre a ênfase a partir das liberdades e outra a partir da solidariedade.

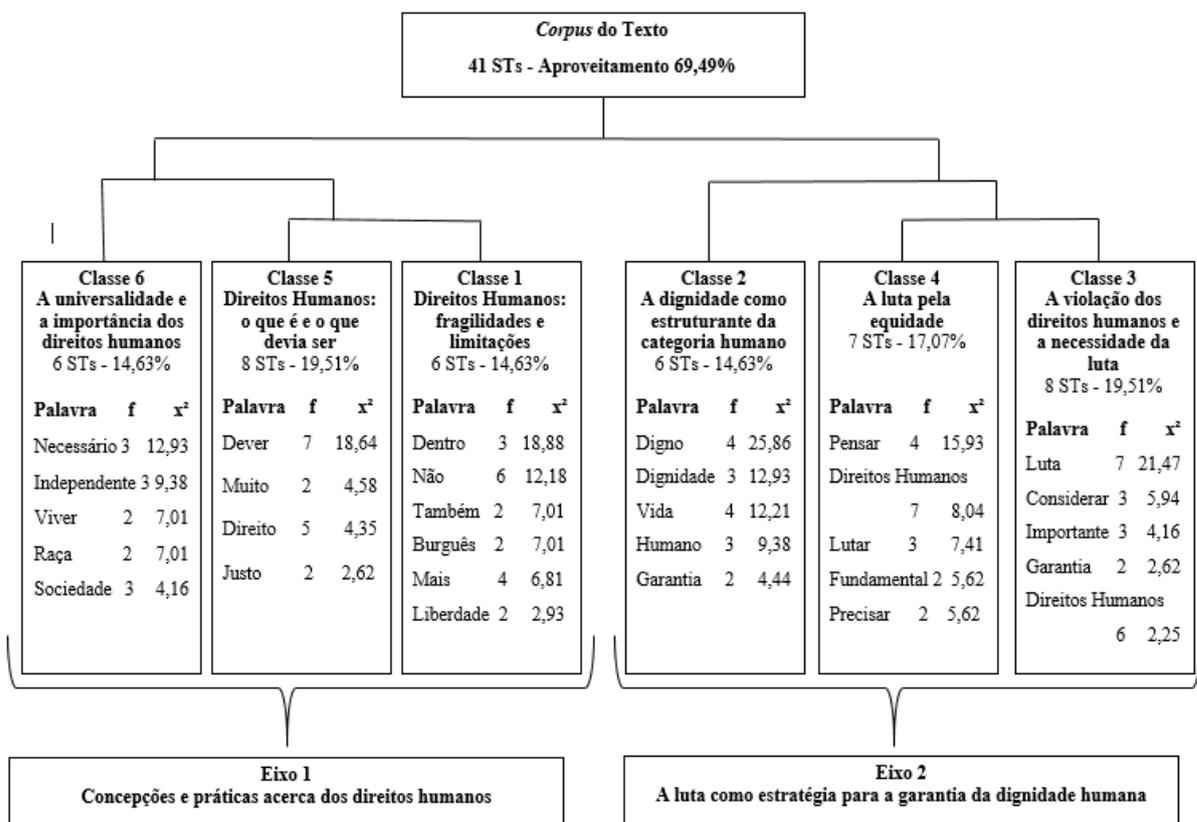
#### 7.4 POSICIONAMENTOS FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

O *corpus* foi constituído por 50 textos formado pelas justificativas dadas pelos participantes às palavras que consideraram mais importantes para definir direitos humanos. A partir da análise do Iramuteq, o *corpus* foi dividido em 59 segmentos de

textos (ST) e com aproveitamento de 41 STs (69,49%). O número de ocorrências foi 1665, sendo 612 palavras distintas e 411 palavras com frequência 1 (hapax). Ressalta-se que o aproveitamento dos STs foi menor do que índice recomendado (SOUZA et al., 2018), de modo que pode sinalizar que o material não seja representativo ou que as respostas foram muito variadas. No dendrograma abaixo (Figura 2), observamos a organização do *corpus* em seis classes distribuídas em dois eixos.

O primeiro eixo é composto pelas classes 1 (Direitos humanos: fragilidades e limites), 5 (Direitos humanos: o que é e o que devia ser) e 6 (A universalidade e a importância dos direitos humanos). O segundo eixo, por sua vez, reúne as classes 2 (A dignidade como estruturante da categoria humano), 3 (A violação dos direitos humanos e a necessidade da luta) e 4 (A luta pela equidade). A seguir são apresentados e detalhados os resultados encontrados a partir da sequência de classes que compõem cada eixo. As frequências e os valores do qui-quadrado de cada palavra também estão apresentados na figura 2.

Figura 2 - Classificação Hierárquica Descendente



Almejando facilitar a compreensão dos dados, explicaremos como as variáveis serão apresentadas nos segmentos de textos utilizados como exemplos das classes descritas. Conforme as indicações de preparação do material para o processamento dos dados pelo *software*, as abreviações fazem referência aos participantes (\*part), a identidade de gênero (\*gen), ao grau de escolaridade (\*esc) e a renda familiar (\*ren).

### **Eixo 1: Concepções e práticas acerca dos direitos humanos**

O Eixo 1, composto pelas classes 1, 5 e 6, reúne os discursos mais conceituais sobre os direitos humanos: sua definição, o que deveria ser, suas limitações e fragilidades assim como a sua importância.

#### **Direitos humanos: fragilidades e limitações (Classe 1)**

A classe 1 reúne 6 STs totalizando 14,63% do *corpus* analisado. As palavras mais representativas dessa classe são: *dentro*, *não*, *também*, *burguês*, *mais* e *liberdade*. Nos segmentos de texto desta classe são expressos conteúdos que fazem referência ao que é considerado pelos participantes enquanto fragilidade e/ou limitação no conceito de direitos humanos e em sua aplicação no dia-a-dia. Sobre isto, destacam-se dois aspectos que serão discutidos separadamente.

O primeiro deles é o contexto em que os direitos humanos foram elaborados e sobre a relação disto com a aplicação destes. As noções de burguesia, liberalismo e capitalismo surgem como grandes definidoras e influenciadoras na elaboração do que são os direitos humanos como também no modo que isto impacta na garantia destes a todos os cidadãos.

A noção de direitos\_humanos se constituiu **dentro** das noções da ordem **burguesa**, e **não** parece contribuir efetivamente para o fim das desigualdades de classes. O conceito de luta por direitos e **liberdades** democráticas na perspectiva da classe trabalhadora me contempla **mais**. (\*\*\*\* \*part\_27 \*gen\_nb \*esc\_si \*ren\_2)

A ideia **burguesa** liberal de Estado **não** garante a existência de direitos\_humanos. Muito pelo contrário. E **dentro** de outras construções de organizações\_sociais **também** encontramos violações, embora seja bem **mais** fácil encontrar um ambiente acolhedor e de respeito mútuo entre coletivos políticos espalhados pelos territórios. (\*\*\*\* \*part\_35 \*gen\_mas \*esc\_si \*ren\_1)

A respeito disto, Sader (2007, p. 80) defende que vivemos uma hegemonia neoliberalista na qual se “busca substituir o conceito de direitos pelo de oportunidades, que joga na competição selvagem do mercado o destino de milhões de pessoas”. Esta competição selvagem fortalece o individualismo e amplia a exclusão social (VIOLA, 2007).

Benevides (2007, p. 341) argumenta que o capitalismo hoje “reproduz uma violência menos explícita, mas não menos intensa”. A autora explica que o uso da força de trabalho para acumulação de riqueza de alguns vem em detrimento dos direitos de outros. Desta maneira, temos um sistema econômico que prioriza mais aqueles que se beneficiam dele do que a justiça social (VIOLA, 2007) e que se utiliza do estigma dos direitos humanos para minar a busca pela igualdade e solidariedade garantindo a manutenção dos privilégios (BENEVIDES, 2007).

O segundo aspecto é o desconhecimento e as violações dos direitos humanos que vivem alguns grupos. Dentre estes ressaltam-se grupos estigmatizados socialmente e são mencionadas como violações a fome e a miséria. Também são evidenciados os espaços que estes grupos ocupam como pode ser observado a seguir:

Quem vem de favela ou tá trancado em um presídio ou é morador\_de\_ rua **não** sabe nem o que é direitos\_humanos. Essa é a galera que deveria ter **mais** acesso e **não** tem. (\*\*\*\* \*part\_32 \*gen\_fem \*esc\_emc \*ren\_2)

Maia (2007) ressalta a importância da educação em direitos humanos como estratégia de empoderamento das pessoas e grupos que tem seus direitos humanos violados. Conforme o autor, a educação em direitos humanos é um processo que visa o fortalecimento do respeito à dignidade humana, a tolerância e a igualdade.

### **Direitos humanos: o que é e o que devia ser (Classe 5)**

Essa classe corresponde a 19,51% do *corpus* e abrange 8 STs. As palavras mais significativas da classe são: *dever*, *muito*, *direito* e *justo*. Os conteúdos envolvem a descrição da situação atual e real dos direitos humanos e a situação desejada e almejada. É o contraste entre a realidade e a expectativa.

Todo sujeito **deve** ter acesso à alimentação e moradia. Quando se refere aos povos\_tradicionais, constatamos que **muitos** ainda morrem de fome e a origem desse problema está na negação do acesso à terra para que plantem e tenham autonomia. (\*\*\*\* \*part\_23 \*gen\_fem \*esc\_si \*ren\_1)

Uma sociedade realmente **justa** não tolera crimes contra a dignidade humana, não fere **direitos**. É mais fraternal que individualista, garante a liberdade e consciência de **direitos** e **deveres** aos membros da sociedade. (\*\*\*\* \*part\_30 \*gen\_fem \*esc\_emc \*ren\_1)

A respeito da situação atual são mencionados exemplos de violação dos direitos humanos e, a partir disto, surgem sugestões de mudanças perante estes casos e possíveis reflexos que poderiam ser evidenciados a partir destas mudanças.

Todo cidadão tem **direitos**, entretanto na maioria das vezes não é respeitado como **deveria** ser. Se todos os nossos **direitos** fossem cumpridos, as desigualdades seriam **muito** menores. (\*\*\*\* \*part\_37 \*gen\_fem \*esc\_si \*ren\_1)

Rifiotis (2007, p. 237) ressalta que durante a história do Brasil destacam-se “um hiato não desprezível entre a determinação jurídica e sua aplicabilidade”, “problemas concretos da efetividade do acesso à justiça e da garantia de direitos criados” e “as práticas dos operadores jurídicos e a ressignificação ou apropriação que fazem do jurídico”.

Fomentando também o debate sobre a realidade e a expectativa acerca dos direitos humanos estão as discussões sobre a responsabilização da sociedade e do Estado. Nos segmentos de texto tanto a sociedade quanto o Estado são compreendidos com agentes ativos na garantia dos direitos humanos, de modo que se esperam posicionamentos e ações específicos destes:

Se faz necessário um Estado que assuma a responsabilidade e **dever** de ir contra esse sistema que visa apenas o lucro e não está nem aí pra classe\_trabalhadora. Onde toda crise desse sistema, quem pega as contas somos nós, com nossas vidas. É **dever** do Estado atuar contra essa política econômica e política social de extermínio do povo. Um estado socialista, onde seja possível superar as mazelas do capital e seja a transição para alcançarmos o comunismo (\*\*\*\* \*part\_34 \*gen\_nb \*esc\_si \*ren\_2)

Conforme já apresentado, Maia (2007) explica que as obrigações do Estado podem ser obrigações de conduta ou obrigações de resultado e explana que:

Ao respeitar, o Estado se compromete a não violar o direito reconhecido. Ao proteger, o Estado defende o cidadão das violações por parte de terceiros, o que faz com que o Estado tenha, muitas vezes, de editar leis, estabelecendo o dever dos particulares respeitarem os direitos humanos. Por fim, o dever de implementar significa que, em muitas situações, é o

próprio Estado o responsável pelo atendimento direto do direito, quando o titular não consiga sozinho dele se desincumbir (p. 89).

A responsabilização da sociedade e do Estado também tem relação com os posicionamentos políticos e a filiação partidária. Pereira e Camino (2003) descrevem que os simpatizantes com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) tendem a discordar que eles próprios devam estar envolvidos com a aplicação dos direitos humanos (envolvimento pessoal-abstrato). Os simpatizantes do Partido da Frente Liberal (PFL – atual Democratas), por sua vez, tendem a discordar que o governo precisa ter participação na defesa dos direitos humanos (envolvimento governamental-abstrato). Os autores reforçam que, em consonância com estudos realizados anteriormente, a simpatia por partidos de esquerda se relaciona positivamente com a defesa dos direitos humanos; enquanto a simpatia por partidos de direita se relaciona com o menor compromisso pessoal e menor responsabilização do governo acerca da pauta dos direitos humanos.

### **A universalidade e a importância dos direitos humanos (Classe 6)**

São reunidos nesta classe 6 STs equivalente a 14,63% do *corpus*. *Necessário*, *independente*, *viver*, *raça* e *sociedade* são as palavras mais representativas desta classe. Através dos segmentos de textos, é possível verificar a ênfase dada a importância dos direitos humanos e, de modo particular, da universalidade destes. É importante destacar que a universalidade é um dos princípios dos direitos humanos, conforme descrito na DUDH.

A universalidade da DUDH é a parte mais importante, ao meu ponto de vista. Afinal, demonstra o olhar minucioso para cada vida humana, **independente** de poder ou classe\_social ou julgamentos moralistas. (\*\*\*\* \*part\_05 \*gen\_fem \*esc\_sc \*ren\_4)

A universalidade dos direitos humanos parece estar diretamente ligada a importância dada a estes já que este princípio garantiria a proteção a todo e a qualquer cidadão. Assim, o fato de atingir a todos sem distinção ressalta sua necessidade para a possibilidade de vida em sociedade.

**Necessário** porque os direitos\_humanos são os que defendem a todos como seres\_humanos, então é extremamente **necessário** para convivência em **sociedade** (\*\*\*\* \*part\_07 \*gen\_fem \*esc\_si \*ren\_1)

A palavra se encaixa ao meu pensamento de importância dos direitos humanos, sendo algo **necessário** e essencial para o convívio das pessoas **independentemente** de **raça**, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição (\*\*\*\* \*part\_19 \*gen\_mas \*esc\_sc \*ren\_2)

Ao discutir sobre a universalidade do sujeito, Carbonari (2007, p. 181) explica que “cada sujeito é expressão da dignidade humana e síntese demandante dos direitos humanos com amplitude máxima, em plenitude”. Ainda que seja uma importante estratégia por proteger pessoas e grupos sociais, falar sobre a universalidade dos direitos humanos é também deparar-se com o debate sobre relativismo cultural. Esta disputa envolve muitas polêmicas como etnocentrismo, proteção às minorias sociais, conflitos étnicos e políticos (BENEVIDES, 2007).

## **Eixo 2: A luta como estratégia para a garantia da dignidade humana**

Neste eixo, que engloba as classes 2, 3 e 4, encontram-se discursos sobre quem é considerado humano na pauta dos direitos humanos e a relação com a ideia de dignidade. Além disto, evidenciam-se conteúdos sobre a necessidade da luta contra as violações e pela garantia de direitos.

### **A dignidade como estruturante da categoria humano (Classe 2)**

A classe 2 contempla 14,63% do *corpus* e reúne 6 STs. Como palavras mais significativas da classe estão: *digno*, *dignidade*, *vida*, *humano* e *garantia*. Através dos segmentos de texto desta classe, é possível identificar que a dignidade não somente é um princípio basilar como também é o que se busca através do compromisso com os direitos humanos. Discute-se também sobre a dignidade enquanto fator que caracteriza quem se é humano.

A construção social e legal da **dignidade humana** é premissa essencial para a constituição de direitos fundamentais e **garantias** fundamentais para a transformação da sociedade, sendo essa mais justa e igualitária, livre de discriminação e opressão. Entender-se sujeita **humana digna** é essencial para conquista de uma cidadania plena. (\*\*\*\* \*part\_33 \*gen\_fem \*esc\_sc \*ren\_3)

**Dignidade** porque todos os seres humanos são **dignos** de direitos. A **dignidade** é o que nos torna **humano**. (\*\*\*\* \*part\_17 \*gen\_fem \*esc\_mc \*ren\_3)

A dignidade é uma noção importante na discussão sobre direitos. Na Constituição vigente, especificamente no Título 1 – Dos Princípios Fundamentais,

lista-se como um dos fundamentos do Estado brasileiro, descrito como Estado Democrático de Direito, “a dignidade da pessoa humana”. Na DUDH, no que lhe concerne, é declarado “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana”.

Particularmente, no tocante a nossa discussão, Benevides (2007) salienta ainda a mudança da concepção sobre ser humano já que ela deixa de estar relacionada e dependente à transcendência e passa a ser a partir da própria natureza humana. A respeito disso,

De fato, são as crenças consensuais sobre o que é próprio do ser humano, ou seja, sua natureza, que, em parte, sustentarão estas leis. Em geral, pode-se afirmar que vigência dos Direitos Humanos numa sociedade (seja qual for a natureza destes direitos, natural ou cultural), estará determinada tanto pela força da consciência coletiva que se tem deles, como pela capacidade ou poder político de inscrevê-los na ordem jurídica. (CAMINO, 2005, p. 245)

### **A violação dos direitos humanos e a necessidade da luta (Classe 3)**

A classe 3 circunscreve 8 STs correspondente a 19,51% do *corpus*. As palavras mais representativas da classe são: *luta*, *considerar*, *importante*, *garantia* e *direitos humanos*. Esta classe reúne discursos sobre o que, na compreensão dos participantes, não é concreto na realidade sobre os direitos humanos. A luta surge como estratégia para alcançar o que se espera que seja a efetivação dos direitos humanos. Nesta classe são mencionadas também as minorias sociais enquanto principais pessoas e grupos que vivenciam e sofrem com a violação destes direitos.

Sem **luta** não há todas as outras, pois os **direitos humanos** são constantemente atacados na América Latina. (\*\*\*\* \*part\_14 \*gen\_mas \*esc\_si \*ren\_1)

O estabelecimento dos **direitos humanos** como um marco histórico não **garantiu** por si só a sua implementação, a **luta** para que esses direitos básicos sejam **garantidos** à todas e a todos permanece urgente. (\*\*\*\* \*part\_21 \*gen\_fem \*esc\_si \*ren\_2)

No sistema capitalista, a **luta** pela **garantia** dos **direitos humanos** é um aspecto central na **luta** pela justiça social (\*\*\*\* \*part\_28 \*gen\_fem \*esc\_si \*ren\_5)

### **A luta pela equidade (Classe 4)**

Essa classe reúne 17,07% do *corpus* e abrange 7 STs. *Pensar, direitos humanos, lutar, fundamental* e *precisar* são as palavras mais representativas. Esta classe tematiza sobre a relevância da equidade na luta pela garantia dos direitos humanos. Também é possível perceber o destaque dado para as situações que vivem as minorias sociais.

Quando **penso** em **direitos humanos** **penso** nas populações consideradas minorias, expostas a diversos tipos de vulnerabilidades, e na necessidade de **lutar** pela equidade para essas populações. (\*\*\*\* \*part\_03 \*gen\_fem \*esc\_ei \*ren\_3)

**Penso** que a palavra **luta** está na base da conquista pelos **direitos humanos**. Há grupos na sociedade que se posicionam diariamente contra. Não há conquista sem conflito. E é uma **luta** que **precisa** ser diária e em todos os âmbitos para sustentação do que nós conseguimos conquistar. (\*\*\*\* \*part\_29 \*gen\_fem \*esc\_mi \*ren\_4)

Acentua-se que a questão da luta surgiu nas classes 3 e 4. Acreditamos que isto tem relação direta com o grupo estudado considerando que a amostra é composta por militantes e que estes apresentam uma postura de enfrentamento.

Apesar das classes 3 e 4 estarem relacionadas à luta, existem contrastes importantes. Na classe 3, a luta está mais relacionada ao enfrentamento às violações; enquanto que na classe 4, a luta se dá através da busca pela equidade e manutenção dos direitos já conquistados considerando as vivências específicas dos indivíduos e grupos. Conforme caracteriza Carbonari (2007):

A luta permanece para que se cesse o arbítrio do mais forte e que os fracos possam *herdar a terra* – com a devida licença poética – é a luta pelo direito à existência, pelo direito à integridade do corpo, à intimidade, a expressar-se, a ser humano, pura e simplesmente. (p. 180)

#### **7.4.1 Respeito e Violação dos Direitos Humanos: exemplos práticos no contexto vivido**

De modo a contextualizar e a aprofundar os dados apresentados anteriormente, expomos as informações obtidas através da realização das entrevistas. No quadro abaixo, sintetizamos os exemplos dados pelos participantes, através de histórias, sobre os direitos humanos.

Quadro 1 – Histórias sobre garantia e direitos humanos a partir das entrevistas com os participantes.

	<b>Exemplo de Respeito e Garantia dos Direitos Humanos</b>	<b>Exemplo de Violação dos Direitos Humanos</b>
Participante 1	Segurança pessoal dentro de casa	Violência policial
Participante 2	Prisão de pessoas que utilizavam trabalho infantil como mão de obra	Segunda guerra mundial
Participante 3	Cotas raciais	Bater em pessoas em situação de rua
Participante 4	Tratamento digno a pessoas em situação de cárcere	Violência policial
Participante 5	Fim da fome no Brasil	Condições de vida das pessoas em situação de cárcere

Fonte: A autora (2021)

A primeira coisa a se destacar a respeito das entrevistas é que os participantes verbalizaram dificuldade em exemplificar histórias de garantia dos direitos humanos. A solicitação, para alguns, soou cômica e acompanhada inclusive de incredulidade.

Que? Ah, imaginária. Vamos imaginar! Então, um mundo perfeito que os direitos humanos sejam respeitados, né? Para mim, é uma piada, mas bora! É o que a gente luta! (Participante 1)

A pergunta também parece ter gerado a reflexão sobre em quais aspectos há a tendência de se centralizar o debate sobre os direitos humanos. Segundo os participantes, pensar sobre a garantia destes direitos é mais desafiante quando, na maioria dos casos, se discute sobre a violação destes e como mudar este cenário.

A pergunta, assim, ela é um pouco complicada, no sentido de que geralmente a gente dá mais ênfase em relações de direitos humanos quando acontece algum atentado contra os direitos humanos, correto? Quando algum indivíduo acaba sendo lesionado ou não, está sendo prejudicado de alguma forma é que os direitos humanos acaba atuando. A gente acaba atuando mais de uma forma repressiva do que uma forma preventiva. É minha análise mais geral que eu tenho sobre a matéria. Ai, essa pergunta ela é até interessante porque você não se pega assim: 'ah,

naquele momento, os direitos humanos está sendo exercido'. (Participante 3)

Ainda sobre as histórias de garantia, algumas delas surgiram a partir do relato de como deveria ter sido uma situação real. Por exemplo, o participante 5 relata o direito à alimentação a partir do relato da fome e situação de miséria na qual vivem os brasileiros; e a participante 1 relata o direito à segurança pessoal a partir do ocorrido com João Pedro Mattos Pinto<sup>6</sup>.

As histórias acerca da garantia tendem a ser um misto entre histórias reais e criadas, enquanto as histórias de violação dos direitos humanos foram todas histórias reais e um dos pontos em comum foram os relatos de experiência. Paralelo à dificuldade em relatar as histórias sobre garantia dos direitos humanos, está a facilidade e a rapidez em citar histórias de violação dos direitos humanos.

Em que os direitos humanos são violados? Ah, isso aqui é bem próximo só a gente ir ali. (Participante 5)

Ah, mulher, aí a gente tem um monte, né? Neste processo de violação dos direitos humanos a gente tem toda nossa trajetória dentro das militâncias considerando as violações dos direitos humanos. Me foge a memória a quantidade de coisas que aconteceram a mim, aos meus, aos que me rodeiam e aos que eu não conheço [...] (Participante 4)

Através dos relatos, é possível perceber a interseccionalidade entre as pautas de classe, raça e cor; sendo o debate mais frequente acerca da população negra que vive na periferia.

Direito à vida, direito à liberdade, a gente não tem nada disso quando a gente tá em situação de periferia. Hoje eu não tô mais: tenho minha casa, tenho meu emprego. Estou vivendo muito melhor do que vivia antes, mas ainda assim hoje, em situação não tão precária como eu vivia antes, passo por situações como esta, sabe? A gente tem muita distinção de raça e condição financeira e de classe. O tanto que a gente vive, a conjuntura pesa muito mais assim. (Participante 4)

Em conformidade com o que foi encontrado em outras produções, a crença na relação entre violência e pobreza é forte; desta forma, o jovem pobre é visto

---

<sup>6</sup> João Pedro Mattos Pinto tinha 14 anos e morava em São Gonçalo, Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Segundo testemunhas, no dia 18 de maio de 2020, João Pedro brincava em casa com amigos quando a polícia jogou granadas e atirou nas janelas. Ele foi baleado na barriga dentro de casa. João Pedro foi levado de helicóptero sem acompanhante e os familiares só acharam o corpo 17 horas depois no Instituto Médico Legal.

enquanto perigoso e infrator (ALMEIDA; SANTOS, 2013; COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; SANTOS, 2009; SANTOS; ALÉSSIO; SILVA, 2009). Tavares e Menandro (2004) apresentam dados que demonstram que as pessoas pobres, através da polícia e do sistema jurídico, ocupam as prisões e, assim, se fortalece o imaginário da pobreza enquanto causadora da violência; os ricos, por sua vez, ainda segundo os dados apresentados, parecem imunes ao mesmo sistema.

Os participantes descrevem que desempenham outros papéis sociais e ocupam outros espaços; entretanto, durante os relatos, este recurso é descrito como insuficiente e, muitas vezes, sem importância como pode ser observado a seguir:

Mesmo sendo estudante universitária, mesmo... enfim, na periferia, todos estes *status* nada importa. Nada importa. (Participante 1)

Estas narrativas foram acompanhadas dos relatos de violação dos direitos humanos. Em conformidade com os resultados apresentados por Doise (2002b), os relatos de violação envolveram racismo, maus tratos a crianças (através do exemplo de trabalho infantil) e privações graves (através do exemplo da fome e miséria). Estes relatos tenderam a envolver minorias sociais e, de modo particular, abrangeram histórias de violência policial. Estas histórias foram experiências vividas pelos participantes e são descritas abaixo:

A polícia achou de entrar na minha [casa] para ver se tinha alguma coisa. Eu tinha 8 anos de idade. Entrou com um revólver na cabeça do meu padrasto, botou um revólver na cabeça do meu padrasto enquanto eu chorava, tremia. Minha mãe também, tampando meus olhos para eu não ver aquela cena enquanto eles revistavam tudo para ver se tinha droga também. Como não encontraram, pediram desculpa, disseram que já tava indo e ia fazer o serviço nas outras casas. É, então é isso. (Participante 1)

Minha mãe hoje mora num bairro ali no Centro, em Santo Amaro<sup>7</sup>. E, mesmo eu e meu irmão já tentando de todas as formas tirá-la de lá, ela ama onde ela mora: é muito perto e tudo mais. Mas já teve dia que eu fui visitá-la lá e a polícia entrou atirando em todo mundo assim sem perguntar nada e é tiro mesmo, sabe? É absurda a situação! Aí entrei na casa de uma pessoa que eu nem sabia quem era para fugir do tiroteio e era, para tu ter noção, era duas da tarde de uma sexta-feira, mulher! (Participante 4)

---

<sup>7</sup> Santo Amaro é um bairro situado da Zona Central até a Zona Norte da cidade do Recife, capital de Pernambuco.

A partir disto, os participantes retratam ainda sobre as práticas da polícia e o tratamento recebido por conta da raça e do lugar onde se vive. Através dos exemplos narrados, ressalta-se a polícia enquanto agente de violações dos direitos humanos e não como garantidora da segurança da população.

Para a polícia, né? Para o braço armado do Estado, todo mundo é ladrão na periferia. Todo mundo é, todo mundo é um pouco, falta um pouco de humanidade, né? Então aqui todo mundo entra, todo mundo pode violar qualquer direito, né? A Constituição Brasileira diz que a casa é um bem inviolável e etc., mas para gente preta não! Você não vê a polícia fazendo isso em Boa Viagem<sup>8</sup>, metendo o pé na porta. Eles pedem com licença. É, então é isso assim. [...] então, às vezes, a própria polícia que deveria oferecer segurança, para a população negra, oferece medo. Eu não tenho nada, tenho a consciência tranquila aqui que eu não fiz nada, sou uma estudante, mas se ela passar aqui perto eu sei que ela vai sempre me abordar de alguma forma, sabe? Como se eu fosse uma mulher de bandido, né? Tivesse envolvida com alguma coisa, então é isso. (Participante 1)

E não são os traficantes da comunidade, sabe? Não são pessoas que são, estão marginais, numa margem, numa situação ou sejam criminosas e tudo mais, mas são policiais mesmo e entram atirando e, para mim, isso é gravíssimo, essa violação, sabe? Se a Polícia Militar ou a Polícia Civil, na maioria das vezes, entra numa comunidade, ela não pergunta quem você é, ela já atira, já age com uma violência absurda para depois querer saber das questões. Para mim, isso é um exemplo muito claro de violação, sabe? (Participante 4)

Destaco que na época da realização das entrevistas haviam acontecido recentemente muitos casos de crianças negras em situação de periferia mortas durante operações policiais no Brasil como também, mundialmente, se discutia sobre racismo a partir do assassinato de George Perry Floyd Junior<sup>9</sup>.

Sobre a importância do trabalho policial, Menandro e Souza (1996) descrevem uma pesquisa na qual quase todos dos policiais entrevistados reconhecem a importância de seu trabalho para a sociedade. Entretanto, ao descrever características que todo policial militar deveria ter, eles listam: educação, honestidade, equilíbrio emocional, respeito e conhecimento do serviço e 42% destes

---

<sup>8</sup> Boa Viagem é um bairro nobre situado na Zona Sul da cidade do Recife, capital de Pernambuco.

<sup>9</sup> George Perry Floyd Junior, um homem negro estadunidense, em 25 de maio de 2020, foi acusado de realizar um pagamento com uma nota falsa de vinte dólares em uma loja. Na abordagem policial, George Floyd foi colocado e mantido de bruços na rua onde foi estrangulado por um policial branco, Derek Chauvin, que ajoelhou em seu pescoço por 8 minutos e 46 segundos. Durante isto, várias pessoas gravaram o ocorrido e George Floyd disse repetidas vezes que sentia dor, que não conseguia respirar, que não conseguia se mexer e, ainda assim, o policial permanece com o joelho até a morte de George Floyd.

mencionam que conhecem poucos ou nenhum policial que tem estas características. A grande maioria dos policiais, segundo os autores, relata ainda que a população tem uma visão negativa de seu trabalho e considera-o ineficiente e ruim.

Almeida e Santos (2013) também apresentam como resultados de pesquisa que os policiais civis afirmam que as práticas policiais foram modificadas ao longo do tempo. Entretanto, eles também argumentam que antes tinham mais liberdade e que as queixas eram solucionadas mais rapidamente do que no momento da realização da pesquisa. As autoras frisam: “É como se os direitos civis fossem compreendidos como obstáculos diante das atividades policiais” (p. 83).

Complementar a isto, Rique, Aguiar, Santos e Zenaide (2004) descrevem que, para os policiais, conteúdos sobre direitos humanos são tidos como de menor importância para a prática policial. Nas concepções sobre direitos humanos, os policiais destacam valores como liberdade e universalidade, aspectos legais e jurídicos, a relação com a cidadania e a garantia das necessidades básicas; mas também como “direitos invertidos”.

Estes “direitos invertidos” têm relação com a compreensão de que os direitos deveriam existir apenas para aqueles que eles reconhecem como cidadãos, ou seja, “aqueles que cumprem seus deveres, obedecem às leis e desempenham os papéis sociais esperados.” (SANTOS, 2004, p. 135). É o famoso “direitos humanos para humanos direitos”, no qual funciona a lógica da justiça distributiva.

Neste debate, o Rio de Janeiro surge na comparação como lugar mais violento. Durante as narrativas sobre violência policial, este funciona como exemplificação do extremo e da seriedade a que se referem os relatos. E, muitas vezes, se referem também ao abandono da população, em particular, negra e periférica, às abordagens policiais enquanto caso de violação dos direitos humanos.

Era isso assim e era uma comunidade daqui e não tô nem falando do Rio de Janeiro e das comunidades mais violentas, sabe? Tô falando de Santo Amaro, aqui ó: centro do Recife, Agamenon Magalhães<sup>10</sup>. [...]A pessoa só tem direito de ficar viva. E quando tem esse direito porque o pessoal da periferia do Rio de Janeiro, por exemplo, não tem direito nem disso, né? Tiro o tempo todo rolando por lá e a dignidade sumiu. (Participante 4)

---

<sup>10</sup> Avenida Governador Agamenon Magalhães, mais conhecida como Avenida Agamenon Magalhães, é uma das avenidas mais importantes da cidade do Recife, capital de Pernambuco.

Destacam-se ainda no debate sobre garantia e violação dos direitos humanos, acontecimentos ocorridos durante o contexto de realização da pesquisa. Dentre estes, foram ressaltados a situação da pandemia de COVID-19 e as violações de direitos advindas desta.

Eu acho que principalmente o momento em que estamos vivendo agora é muito disso de direitos humanos sendo violados a todo tempo, o tempo todo. E muitas pessoas não ligam para esta problemática, não ligam para esta perspectiva. Algumas pessoas ainda têm aquela ideia de: 'ah, direitos humanos é para bandido e tal'. E, infelizmente, esta construção ainda é feita e acaba sendo programada pelas outras pessoas. (Participante 3)

E agora com esta pandemia, mulher? Agora com toda essa situação assim: ver que as pessoas estão tendo o básico sendo negligenciado ou sendo deixado para segundo plano, para mim, é bem complicado, sabe? A gente passou de uma situação ruim para uma situação pior ainda, né? E os direitos todos são muito subjetivos agora. (Participante 4)

Conforme dito anteriormente, um dos pontos em comum dos exemplos de violação dos direitos humanos foram relatos de experiência dos próprios participantes. Assim, durante a narração destes, os participantes descreveram como estas experiências foram decisivas para optarem pela militância em suas vidas. A respeito disso, Jesus (2012) explica que as pessoas podem se juntar a grupos e reivindicar por vários motivos dentre eles sentimento de injustiça, eficácia do grupo, identidade social e afetividade.

[...] foi um fator, um gatilho para que eu entrasse no movimento negro e pudesse, de alguma forma, lutar de uma certa forma contra estas injustiças que acontecem aqui, mas acontecem em qualquer outra favela no nosso país. (Participante 1)

Então são situações bem delicadas que a gente passa e que faz com que a gente levante bandeiras de sobrevivência. Hoje a gente não faz, não tá a frente de causas, por causa da graça ou porque não tem nada melhor a fazer. Eu preciso levantar bandeiras porque é isso que me garante a sobrevivência. Quando a gente começa a trazer essa questão tão forte, a garantia dos direitos humanos, é para que a gente sobreviva porque se não a gente não tem liberdade garantida, a gente não tem dignidade garantida. A gente precisa garantir minimamente a sobrevivência. (Participante 4)

Perante as experiências pessoais de violação, os participantes buscaram grupos com os quais se identificam na luta contra essas violações: grupos de minorias ativas. Segundo a Teoria das Minorias Ativas, proposta por Serge Moscovici, a maioria, não necessariamente numérica, impõe normas sociais que são aceitas em diferentes graus pelos indivíduos e grupos. A partir disto, surgiria o

conflito que possibilitaria mudanças. Em outras palavras, “[...] as situações de conflito vivenciadas em meio ao processo da influência social têm o potencial de implicar a passagem da cristalização social para a mudança social” (BARBOZA; CAMINO, 2014, p. 246).

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo analisar as representações sociais de direitos humanos para jovens militantes de orientação social utilizando como referencial teórico a Teoria das Representações Sociais. Inicialmente, nossa hipótese era de que, devido a orientação política, os participantes defenderiam um conjunto de valores sociais mais relacionados a coletividade e atribuiriam maior ênfase aos direitos sociais.

Os resultados da análise prototípica também incluem elementos atitudinais (*luta*) e conceituais (*direito, justiça, liberdade e igualdade*) no núcleo central da representação social deste objeto e podem também ser correlacionados aos princípios organizadores. De modo mais próximo ao cotidiano, são encontradas as questões referentes à saúde, moradia e segurança, por exemplo. A palavra *bandido* também surgiu na segunda periferia o que pode estar vinculado à ideia de que direitos humanos são direitos de bandidos.

Através da análise de similitude, as palavras que mais se destacaram foram majoritariamente valores sociais. Esta análise indica uma compreensão acerca dos direitos humanos como respaldada em valores que consideram prioritariamente a coletividade e que demanda, para sua efetivação, uma constante mobilização através da luta.

Por meio da análise das justificativas foi possível compreender melhor os resultados descritos anteriormente. Nesta análise, existem dois eixos organizadores: um diz respeito às concepções e práticas sobre direitos humanos e outro à luta como estratégia para a garantia da dignidade. Por meio das justificativas encontramos evidências sobre o reconhecimento da importância dos direitos humanos como também de suas fragilidades e expectativas a respeito destes. Do mesmo modo, encontramos indicações de como a militância se insere nesta pauta tanto através dos enfrentamentos como na concretização das conquistas e garantias.

Por fim, nas entrevistas percebe-se a maior facilidade em falar sobre histórias que envolvem a violação dos direitos humanos do que da garantia destes. Também surgem nos relatos a interseccionalidade entre as pautas de raça, cor e estrato social. A respeito das situações narradas pelos participantes, são destacados as minorias sociais, direitos sociais e os relatos sobre violência policial. Nas histórias

contadas pelos participantes também são ressaltadas algumas justificativas para ingresso na militância.

No que diz respeito às histórias, destacamos ainda que estas acabaram tornando-se uma estratégia potente na produção dos dados. Por meio deste recurso, pudemos aprofundar os dados surgidos nas outras análises como também obter dados inicialmente não planejados; mas que possibilitaram maior detalhamento e aprofundamento da discussão. Partir de exemplos concretos vividos por eles, possibilitou que os participantes falassem mais livremente, fizessem escolhas e se posicionassem claramente quanto ao tema investigado.

No que diz respeito aos processos fundamentais na construção da representação social de um objeto, destacamos dois aspectos. O primeiro é que os direitos humanos parecem se objetivar nas situações de violação de direitos das minorias sociais, é nisso que a ideia dos direitos humanos se concretiza e sai do abstrato. O segundo aspecto é que a representação social de direitos humanos para o grupo estudado se estrutura em valores que se ancoram numa ideologia socialista. Em linhas gerais, esta ideologia defende a responsabilização do Estado para com seus cidadãos, a distribuição de renda e a postura considerada progressista.

De modo geral, reunindo os resultados de todas as análises, temos a compreensão de que os valores sociais dos participantes estão relacionados ao posicionamento político adotado e que este está diretamente concatenado com os projetos de sociedade defendidos. Em nossos dados, são encontrados em destaque pelos participantes as minorias sociais e os direitos sociais de modo que, conforme a hipótese inicial, estes participantes priorizaram esta classe de direitos e acentuaram a responsabilidade social.

Com efeito, considerando as discussões propostas até aqui, entende-se que a temática dos direitos humanos é de fundamental relevância científica e social. De maneira que, através dos resultados encontrados, espera-se ser possível contribuir com os debates sobre cidadania, democracia e políticas públicas; além de possibilitar diálogos com as diretrizes educacionais para a educação para os direitos humanos e outras estratégias educativas.

Por outro lado, existem também algumas limitações nesta pesquisa. A primeira delas, conforme já descrita ao decorrer do texto, é o número de participantes que impossibilita uma maior estabilidade dos dados. A outra diz respeito a um alerta metodológico: o uso da palavra *militante*.

Acerca dos estudos sobre militância, Sawicki e Siméant (2011) acreditam que muitas investigações foram realizadas majoritariamente com grupos de esquerda em comparação com grupos de direita e apolíticos. Conforme isto, nossa proposta inicial era analisar a variação de representações sociais e posicionamentos sobre direitos humanos entre jovens militantes de orientação liberal e de orientação social. Entretanto, através das experiências advindas na imersão no campo, percebemos que tanto academicamente quanto para os grupos que almejamos enquanto participantes da pesquisa, a palavra *militante* está relacionada a grupos de esquerda.

Apesar de muitas tentativas e da criação de estratégias diversas, não conseguimos sequer 10% do número de participantes de orientação liberal proposto inicialmente. De modo que, durante o momento de convite para participação na pesquisa, as pessoas que se autodeclaravam de orientação liberal majoritariamente não se reconheciam enquanto militantes; apesar de reconhecerem que tinham participação constante em ações coletivas que envolviam uma ou mais causas.

Nomear é um processo importante para a Teoria das Representações Sociais. Os nomes criam realidades simbólicas e fundamentam representações sociais (KALAMPALIKIS, 2002). Nomear envolve conflitos e disputas de poder, interesses grupais, polarizações e oposições. Assim, enquanto possibilidades futuras reforçamos o que é sugerido por Kalampalikis (2002):

Uma única palavra é carregada de significados, memórias, tradições, histórias e conteúdos identitários antinômicos, antagônicos, senão polêmicos. Este conflito simbólico constitui para nós um exemplo ilustrativo da importância do estudo do papel de nomes levando em consideração sua historicidade na psicologia social, a fim de melhor compreender os processos identitários e mnemônicos que os fundamentam e, assim, contribuir para uma compreensão mais sintética da ideação coletiva (p. 39, tradução nossa).<sup>11</sup>

De maneira similar, como possibilidade de pesquisas futuras destacamos uma amostra maior da que foi utilizada aqui como também a inserção e comparação com

---

<sup>11</sup> No original: “*Un seul mot est chargé de significations, de souvenirs, de traditions, d'histoires et de contenus identitaires antinomiques, antagonistes, sinon polémiques. Ce conflit symbolique constitue pour nous un exemple illustratif de l'importance de l'étude du rôle des noms et de la prise en compte de leur historicité en psychologie sociale, afin de mieux appréhender les processus identitaires et mnémoniques qu'ils sous-tendent et contribuer ainsi à une compréhension plus synthétique de l'idéation collective*”.

outros participantes de posicionamentos políticos diversos seja dentro da variedade possível na categoria orientação social como também posicionamentos ditos neutros e/ou liberais.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. L'approche structurale des représentations sociales: développements récents. *Psychologie et société*, v. 4, n. 2, p. 81–103, 2001.

**ADOLESCÊNCIA. ADOLESCÊNCIA.** *Michaelis On-Line*. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/adolesc%C3%Aancia/>>. Acesso em: 28 mai 2020.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. A pesquisa em representações sociais: proposições teórico-metodológicas. In: SANTOS, M. de F. de S.; ALMEIDA, L. M. de (Org.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife: Editora Universitária UFPE, EDUFAL, 2005a. p. 117–160.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 3, p. 713–737, 2009.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Adolescentes em manchete (policial). In: PAVIANI, A.; FERREIRA, I. C. B.; BARRETO, F. F. P. (Org.). *Brasília: Dimensões da violência*. Brasília: Editora UnB, 2005b. p. 219–249.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; CUNHA, Gleicimar Gonçalves. Representações sociais do desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 1, p. 147–155, 2003.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; PACHECO, Juliana Garcia; GARCIA, Lorena Francisca Toledo Alves. Representações sociais da adolescência e práticas educativas dos adultos. In: ALMEIDA, A. M. de O. (Org.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: Editora UnB, 2006. p. 135–150.

ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Representações e práticas sociais: contribuições teóricas e dificuldades metodológicas. *Temas em Psicologia da SBP*, v. 8, n. 3, p. 257–267, 2000.

ALMEIDA, Luciana Ferreira de; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sociais de violência urbana entre policiais civis. *Psicologia: teoria e prática*, v. 15, n. 2, p. 76–91, 2013.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Direitos Humanos e a Prática da Avaliação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 20–23. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.

ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127–147, 2002.

BALBINO, Viviana do C. Rios. Violações dos direitos humanos no Brasil e propostas de mudanças na formação e prática do psicólogo. *Psicologia para América Latina*, n. 11, p. 0–0, 2007.

BALTAZAR, Bernadete. Os encontros e desencontros da militância e da vida cotidiana. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 20, n. 2, p. 183–190, 2004.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira. *Em Debate*, v. 4, n. 8, p. 19–25, 2012.

BASILIO, Ana Luiza. *Retrospectiva: as piores declarações de Bolsonaro sobre a pandemia*. Carta Capital, 27 dez 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/retrospectiva-as-piores-declaracoes-de-bolsonaro-durante-a-pandemia/>>. Acesso em: 26 fev 2021.

BBC NEWS BRASIL. *Coronavírus: “país de maricas” e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil*, 11 nov 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>>. Acesso em: 26 fev 2021.

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, 1993.

BENEVIDES, Maria Victoria. Direitos humanos: desafios para o século XXI. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 335–350.

BERTOLLO-NARDI, Milena; SOUZA, Lídio de; MENANDRO, Maria Cristina Smith. Representações, Identidade Social e Tensões Interpartidárias: Um Estudo com Jovens Militantes. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 7, p. 299–310, 2012.

BOCK, Ana Mercês Bahia. O compromisso social da Psicologia: contribuições da perspectiva Sócio-Histórica. *Psicologia em foco*, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2008.

BOLSONARO, Jair. *DIREITOS HUMANOS, O ESTERCO DA VAGABUNDAGEM: Outro herói assassinado por um defendido do PT, PSOL, REDE e PCdoB*. <https://t.co/ZJo0joejqM>. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/765728819126951936>>. Acesso em: 18 set 2020.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 set 2019.

BRASIL. Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971. **Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências**, 1971. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l5766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5766.htm)>. Acesso em: 26 ago 2020.

BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo**, 1962. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4119.htm)>. Acesso em: 26 ago 2020.

BRASIL. **Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas**, 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>>. Acesso em: 15 jan 2020.

BRASIL. **Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020**, 31 jan 2020, Sec. 1, p. 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-919-de-30-de-janeiro-de-2020-240824899>>. Acesso em: 15 dez 2020.

BRASIL. Decreto nº 53.464, de 21 de janeiro de 1964. **Regulamenta a Lei nº 4.119, de agosto de 1962, que dispõe sobre a Profissão de Psicólogo**, 1964. Disponível em: <[https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/decreto\\_1964\\_534641.pdf](https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/decreto_1964_534641.pdf)>. Acesso em: 9 set 2020.

BRASIL. Decreto nº 79.822, de 17 de junho de 1977. **Regulamenta a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências**, 1977. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/decreto\\_1977\\_79822.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/decreto_1977_79822.pdf)>. Acesso em: 26 ago 2020.

BRASIL. COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano nacional de educação em direitos humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**, 2012. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 26 ago 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**, 2016. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)>. Acesso em: 26 ago 2020.

BRENNER, Ana Karina. Jovens e militância política. In: CARRANO, P. C. R.; FÁVERO, O. (Org.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 31–54.

BRITES, Maria José; PONTE, Maria Cristina Mendes da. Pesquisando a construção da política por jovens. *Em Debate*, v. 4, n. 8, p. 8–18, 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos humanos ou “privilégios de bandidos”. *Novos Estudos Cebrap*, v. 30, n. 1991, p. 162–174, 1991.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513–518, 2013.

CAMINO, Leoncio et al. Crenças coletivas e prática dos Direitos Humanos: um estudo comparativo entre Brasil e Espanha. *Revista Brasileira de Psicologia*, v. 3, n. 2, p. 3–14, 10 Ago 2017.

CAMINO, Leoncio. O papel das ciências humanas e dos movimentos sociais na construção dos direitos humanos. In: TOSI, G. (Org.). *Direitos humanos: história*,

*teoria e prática*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005. p. 240–262. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/11/2005.DH\\_-historia-teoria-pr%C3%A1tica.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2015/11/2005.DH_-historia-teoria-pr%C3%A1tica.pdf)>. Acesso em: 21 fev 2021.

CARBONARI, Paulo César. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 169–186.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Direitos Humanos e a Atuação na Área Jurídica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 7–9. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Práticas “psi” no Brasil do “milagre”: algumas de suas produções. *Mnemosine*, v. 1, n. 0, p. 44–52, 2004.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 139–148, 2001.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Org.). *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19–37.

COMITÉ CORDINADOR DE PSICÓLOGOS DEL MERCOSUR Y PAÍSES ASOCIADOS. *Protocolo de acuerdo marco de principios éticos para el ejercicio profesional de los psicólogos en el Mercosur y Países Asociados*, 1997. Disponível em: <[https://www.colpsic.org.co/aym\\_image/files/Protocolo\\_Mercosur.pdf](https://www.colpsic.org.co/aym_image/files/Protocolo_Mercosur.pdf)>. Acesso em: 27 ago 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/05. **Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo**, 2005a. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005\\_10.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2005/07/resolucao2005_10.pdf)>. Acesso em: 26 ago 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, 2005b. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso em: 27 ago 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 018/2002. **Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial**, 2002. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002\\_18.PDF](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF)>. Acesso em: 26 ago 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 011/98, de 22 de novembro 1998. **Institui a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia**, 1998. Disponível em: <[http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1998/11/resolucao1998\\_11.pdf](http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1998/11/resolucao1998_11.pdf)>. Acesso em: 27 ago 2020.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ROSA, Edinete Maria; COUTINHO, Sabrina Mantuan dos Santos. Representações sociais de universitários sobre jovens e juventude. *Psicologia e Saber Social*, v. 5, n. 2, p. 169–186, 2016.

DOISE, Willem. Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 18, n. 1, p. 27–35, 2002a.

DOISE, Willem. *Direitos do Homem e Força das Ideias*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002b.

DOISE, Willem, VALENTIM, Joaquim Pires. Levels of Analysis in Social Psychology. *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. v. 13, n. 2, p. 899–903, 2015.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira et al. “Perigoso e violento”: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei em material jornalístico. *Psic: revista da Vetor Editora*, v. 7, n. 2, p. 11–20, 2006.

ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 3, p. 357–367, 2004.

ESTRAMIANA, José Luis Álvaro et al. Valores sociais. In: CAMINO, L. et al. (Org.). *Psicologia Social: temas e teorias*. 2. ed. Brasília: Technopolitik, 2013. p. 311–355.

FARR, Robert M. Representações Sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 31–59.

FERRERO, Andrea. Direitos humanos e responsabilidade ética no exercício da psicologia. In: SATO, L.; JACÓ-VILELA, A. M. (Org.). *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 123–134. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vfgfh>>. Acesso em: 27 ago 2020.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

G1. *Brasil volta a ter tendência de alta na média móvel de casos de Covid; total de mortes se aproxima de 253 mil*, 26 fev 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/02/26/brasil-volta-a-ter-tendencia-de-alta-na-media-movel-de-casos-de-covid-total-de-mortes-se-aproxima-de-253-mil.ghtml>>. Acesso em: 26 fev 2021.

GALINKIN, Ana Lúcia; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; ANCHIETA, Vânia Cristine Cavalcante. Representações sociais de professores e policiais sobre juventude e violência. *Paidéia*, v. 22, n. 53, p. 365–374, 2012.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 64–89.

GUARESCHI, Pedrinho A. Prefácio. In: RIQUE, C.; SANTOS, M. de F. de S. (Org.). *Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais*. Recife: Bagaço, 2004. p. 7–10. Disponível em:

<[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP\\_direitos\\_humanos\\_representacoes\\_sociais\\_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP_direitos_humanos_representacoes_sociais_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 set 2020.

GUARESCHI, Pedrinho A. “Sem dinheiro não há salvação”: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 191–225.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Brasil: Um chamado urgente para proteção de direitos*, 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2018/10/28/323776>>. Acesso em: 3 out 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report 2020: Rights Trends in Brasil, 2020*. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2020/country-chapters/336671>>. Acesso em: 18 set 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo. Amostra - Características da população*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/recife/pesquisa/23/25888?detalhes=true>>. Acesso em: 24 mar 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>>. Acesso em: 8 dez 2020.

IPSOS. *Human Rights in 2018*, 2018. Disponível em: <<https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2018-07/human-rights-global-advisor-report-7-26-2018.pdf>>. Acesso em: 28 set 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. *Psicologia e saber social*, v. 1, n. 2, p. 163–186, 2012.

JOFFE, Hélène. “Eu não”, “o meu grupo não”: Representações Sociais transculturais da AIDS. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 297–322.

**JUVENTUDE. JUVENTUDE.** *Michaelis On-Line*. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/juventude/>>. Acesso em: 28 mai 2020.

KALAMPALIKIS, Nikos. Des noms et des représentations. *Les cahiers internationaux de psychologie sociale*, n. 53, p. 20–31, 2002.

KALAMPALIKIS, Nikos; HAAS, Valérie. More than a theory: a new map of social thought. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, v. 38, n. 4, p. 449–459, 2008.

KRONBERGER, Nicole; WAGNER, Wolfgang. Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). *Pesquisa qualitativa*

com texto, imagem e som: um manual prático. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. p. 416–441.

LIMA, Gisele Laus da Silva Pereira. Os primórdios dos direitos humanos: da Idade Antiga até a Idade Média na história da civilização ocidental. *Revista Brasileira de História do Direito*, v. 3, n. 2, p. 61–81, 2017.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VIEIRA, Rodrigo de Sena e Silva. Privação relativa e representações sociais dos direitos humanos. *Saúde e Direitos Humanos*, v. 6, p. 103–114, 2010.

MAIA, Luciano Mariz. Educação em direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 85–101.

MARTINS, Priscilla de Oliveira; TRINDADE, Zeidi Araújo; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. O ter e o ser: representações sociais da adolescência entre adolescentes de inserção urbana e rural. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 16, n. 3, p. 555–568, 2003.

MAUÉS, Antonio; WEYL, Paulo. Fundamentos e marcos jurídicos da educação em direitos humanos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 103–115.

MENANDRO, Maria Cristina Smith; TRINDADE, Zeidi Araujo; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. Representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos (1968-1974 e 1996-2002). *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 55, n. 1, p. 42–55, 2003.

MENANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio de. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. *Psicologia USP*, v. 7, n. 1–2, p. 133–141, 1996.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des) politização dos jovens brasileiros. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 25, p. 33–62, 2018.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano do; SANTOS, Alessandro Pereira dos. Juventude e adolescência: considerações preliminares. *Psico*, v. 42, n. 4, p. 457–464, 2011.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOURA, Maria de Jesus. Direitos Humanos, Atuação Profissional e Relações Raciais. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 24–26. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.

OLIVA, Gabriela. *251 mil mortes por covid: Relembre as falas de Bolsonaro sobre a pandemia*. Poder 360, 26 fev 2021. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/1-ano-de-covid-no-brasil/251-mil-mortes-por-covid-relembre-as-falas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/>>. Acesso em: 26 fev 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Desumanos ou Cruéis*, 1984. Disponível em: <[http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao\\_onu.pdf](http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/tortura/convencao_onu.pdf)>. Acesso em: 1 mar 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção Internacional para Eliminação da Discriminação Racial*, 1968. Disponível em: <[https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/prev\\_discriminacao\\_convencao\\_internacional\\_elim\\_formas\\_disc\\_racial.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/prev_discriminacao_convencao_internacional_elim_formas_disc_racial.pdf)>. Acesso em: 1 mar 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher*, 1979. Disponível em: <[https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf)>. Acesso em: 1 mar 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança*, 1989. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>>. Acesso em: 1 mar 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. *Comunicação & Educação*, v. 0, n. 3, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos*, 1966a. Disponível em: <<https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>>. Acesso em: 1 mar 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, 1966b. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto\\_internacional.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf)>. Acesso em: 1 mar 2021b.

PAIXÃO, Divaneide Lira Lima; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira. O retrato da adolescência e da juventude brasileira: o que revelam as pesquisas? *Educação: Saberes e Prática*, v. 2, n. 1, p. 56–84, 2016.

PAIXÃO, Divaneide Lira Lima; ALMEIDA, Angela Maria de Oliveira; ROSA-LIMA, Felipe. Representações sociais da adolescência por adolescentes e jovens. *Psicologia e Saber Social*, v. 1, n. 2, p. 278–294, 2012.

PARTICIPATÓRIO -OBSERVATÓRIO PARTICIPATIVO DA JUVENTUDE. Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013. *Secretaria Nacional de Juventude*, 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. Direitos Humanos e a Atuação na Educação. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática*

*profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 13–15. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.

PAULON, Simone Mainieri. Direitos Humanos e a Atuação na Área Clínica. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 10–12. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.

PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Representações sociais, envolvimento nos Direitos Humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 16, n. 3, p. 447–460, 2003.

PEREIRA, Cícero; RIBEIRO, Ana Raquel Correia; CARDOSO, Sandro José. Envolvimento nos direitos humanos e sistemas de valores. *Psicologia em Estudo*, v. 9, n. 1, p. 55–65, 2004.

PEREIRA, Cláudia da Silva. Ainda somos os mesmos?: representações midiáticas da juventude em movimentos sociais, ontem e hoje. *Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia*, v. 23, n. 3, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4955/495553928017.pdf>>. Acesso em: 30 mar 2020.

QUIROGA, Fernando Lionel; VITALLE, Maria Sylvia de Souza. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 23, n. 3, p. 863–878, 2013.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação política e juventude: mudanças no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política. *Em Debate*, v. 4, n. 8, p. 26–34, 2012.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: Sujeitos de direitos e direitos do sujeito. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 231–244.

RIQUE, Célia; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A ausência das Representações Sociais no pensamento e na ação em defesa dos direitos humanos. In: RIQUE, C.; SANTOS, M. de F. de S. (Org.). *Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais*. Recife: Bagaço, 2004. p. 25–36. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP\\_direitos\\_humanos\\_representacoes\\_sociais\\_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP_direitos_humanos_representacoes_sociais_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 set 2020.

RIQUE, Célia; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. A pesquisa sobre representações sociais no curso de direitos humanos para policiais: recuperando o método. In: RIQUE, C.; SANTOS, M. de F. de S. (Org.). *Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais*. Recife: Bagaço, 2004. p. 25–36. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP\\_direitos\\_humanos\\_representacoes\\_sociais\\_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP_direitos_humanos_representacoes_sociais_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 set 2020.

RÔMANY, Ítalo. 'Gripezinha', cloroquina, fim de pandemia: 10 informações falsas ditas por Bolsonaro sobre a Covid-19 em 2020. Agência Lupa. Folha de São Paulo. 30 Dez 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/12/30/informacoes-falsas-bolsonaro-covid-19/>>. Acesso em: 26 fev 2021. ,

SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SADER, Emir. Contexto histórico e educação em direitos humanos no Brasil: da ditadura à atualidade. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 75–83.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. Militância e ativismo no Brasil depois de Junho de 2013: entre repertórios, estratégias e Instituições. *Revista Psicologia Política*, v. 19, n. 45, p. 154–169, 2019.

SALES, André Luis Leite de Figueirêdo; FONTES, Flávio Fernandes; YASUI, Silvio. Para (re) colocar um problema: a militância em questão. *Temas em Psicologia*, v. 26, n. 2, p. 565–592, 2018.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. A teoria das representações sociais. In: SANTOS, M. DE F. de S.; ALMEIDA, L. M. de (Org.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2005. p. 13–38.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Formar psicólogos para quê? *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 14, n. 1–3, p. 40–41, 1994.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Psicologia social, representações sociais e direitos humanos. In: RIQUE, C.; SANTOS, M. de F. de S. (Org.). *Os direitos humanos nas representações sociais dos policiais*. Recife: Bagaço, 2004. p. 117–139. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP\\_direitos\\_humanos\\_representacoes\\_sociais\\_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/478/GAJOP_direitos_humanos_representacoes_sociais_policiais.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 25 set 2020.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Representações sociais e psicologia social. In: ALMEIDA, A. M. de O.; JODELET, D. (Org.). *Representações Sociais: Interdisciplinaridade e Diversidade de Paradigmas*. 1. ed. Brasília: Thesaurus, 2009. p. 51–61.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ACIOLI NETO, Manoel de Lima; SOUZA, Yuri Sá de Oliveira. Adolescência em revistas: um estudo sobre representações sociais. *Psicologia: teoria e prática*, v. 13, n. 2, p. 103–113, 2011.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos. De quem é a culpa? Representações sociais de pais das zonas urbana e rural sobre adolescência e violência. In: ALMEIDA, A. M. de O. (Org.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais*. Brasília: Editora UnB, 2006. p. 111–134.

- SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos; ALBUQUERQUE, Cíntia Maria da Cunha. Adultos e jovens: diferentes olhares sobre o desenvolvimento. *Revista de Educação Pública*, v. 16, n. 30, p. 105–120, 2007.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALÉSSIO, Renata Lira dos Santos; SILVA, Juliana Maria Moura do Nascimento. Os adolescentes e a violência na imprensa. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 25, n. 3, p. 447–452, 2009.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza; CRUZ, Fátima Maria Leite; BELÉM, Rosemberg. Adolescentes podem ser alunos ideais? *Educação em Revista*, v. 30, n. 3, p. 173–193, 2014.
- SANTOS, Maria de Fátima de Souza; FÉLIX, Livia Botelho; MORAIS, Edclécia Reino Carneiro de. Representações Sociais de Juventude em uma Comunidade Quilombola do Agreste Pernambucano. *Psico*, v. 43, n. 4, p. 524–532, 2012.
- SATO, Leny. Direitos Humanos e a Atuação na Área do Trabalho. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 16–17. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.
- SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 200–255, 2011.
- SILVA, Marcelo Kunrath; RUSKOWSKI, Bianca de Oliveira. Condições e mecanismos do engajamento militante: um modelo de análise. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, p. 187–226, 2016.
- SOUZA, Marli Aparecida Rocha de et al. O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 52, p. 1–7, 2018.
- STABILE, Max. Jovens e novas tecnologias: em busca de uma democracia colaborativa. *Em Debate*, v. 4, n. 8, p. 35–39, 2012.
- TAVARES, Gilead Marchezi; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 24, n. 2, p. 86–99, 2004.
- TERRA. *Relembre as frases polêmicas de Bolsonaro sobre a pandemia*. Terra, 28 dez 2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/relembre-as-frases-polemicas-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia,61d222c42a1a30f2cde281a03976f712il3firg8.html>>. Acesso em: 26 fev 2021.
- TORRES, Ana Raquel Rosas et al. Partidos políticos brasileiros: conteúdos representacionais e suas respectivas ancoragens. In: FERNANDES, S. C. S. et al. (Org.). *Psicologia Social: Perspectivas atuais e evidências empíricas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 75–87.

TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 11, n. 2, p. 278–294, 2016.

UNFPA - FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Direitos da População Jovem: Um Marco para o Desenvolvimento*. 2. ed. Brasília: UNFPA, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 267–282, 2012.

VINADÉ, Thaiany Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 3, p. 68–75, 2007.

VINADÉ, Thaiany Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Possibilidades militantes na liquidez contemporânea. *Revista Psicologia Política*, v. 7, n. 14, 2008.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. Direitos humanos no Brasil: abrindo portas sob a neblina. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 119–133.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, v. 27, n. 4, p. 521–526, 2011.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael; MATOS, Fabíola Rodrigues. Efeito do tamanho da amostra na análise de evocações para representações sociais. *Liberabit*, v. 22, n. 2, p. 153–160, 2016.

ZUZA, Elizabete Gonçalves; CAMPOS, Florianita Coelho Braga. Direitos Humanos e a Atuação na Área da Saúde. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Os direitos humanos na prática profissional do psicólogo*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2003. p. 18–19. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha\\_dh.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2004/05/cartilha_dh.pdf)>. Acesso em: 28 ago 2020.

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Idade: \_\_\_\_\_ anos      Identidade de Gênero: \_\_\_\_\_  
 Cor ou Raça: ( ) Amarela   ( ) Branca   ( ) Indígena   ( ) Parda   ( ) Preta  
 Grau de Escolaridade: \_\_\_\_\_  
 Ocupação: \_\_\_\_\_  
 Renda familiar mensal (aproximadamente): \_\_\_\_\_  
 Há quanto tempo você é militante? \_\_\_\_\_  
 Por qual(is) causa(s) você milita? \_\_\_\_\_  
 Qual sua orientação política?    Social ( )                      Liberal ( )  
 Você é filiado a algum partido político? Sim ( )                  Não ( )  
 Se sim, qual? \_\_\_\_\_  
 Você faz parte de algum grupo/movimento social de militância? Sim ( )    Não ( )  
 Se sim, qual (is)? \_\_\_\_\_  
 Que práticas relacionadas a militância você desenvolve?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Teria disponibilidade de participar de outra etapa desta pesquisa?

( ) Sim      ( ) Não

Se sim, por favor deixe o contato: \_\_\_\_\_

**MUITO OBRIGADA POR PARTICIPAR!**

## APÊNDICE B – ASSOCIAÇÃO LIVRE

### ASSOCIAÇÃO LIVRE

- 1) Gostaria que você registrasse abaixo as cinco primeiras palavras ou expressões que lhe surgem à mente quando você escuta falar em...

#### DIREITOS HUMANOS

- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

- 2) Agora, gostaria que você numerasse, sem repetições, as palavras acima por ordem de importância (de 1 a 5), iniciando com a que você considera a mais importante (1) até a menos importante (5).
- 3) Para finalizar, gostaria que você justificasse a escolha somente da **primeira palavra ou expressão que você considerou mais importante:**

---

---

---

---

---

## APÊNDICE C – ENTREVISTA

### ENTREVISTA

- 1) Você poderia me contar uma história, real ou criada, em que os direitos humanos foram respeitados?
- 2) Você poderia me contar uma história, real ou criada, em que os direitos humanos foram violados?

## APÊNDICE D – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### ASSOCIAÇÃO LIVRE

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “O que pensam os militantes sobre Direitos Humanos?” Um Estudo a partir da Teoria das Representações Sociais, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Alina M. M<sup>a</sup> Coriolano. A pesquisadora está sob a orientação de Maria de Fátima de Souza Santos e estão lotadas no Laboratório de Interação Social Humana no Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), 9º andar, Av. Prof. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50670-901.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Objetivo:** Analisar a variação de posicionamentos sobre direitos humanos entre jovens militantes liberais e sociais.
- **Procedimento:** A participação do (a) voluntário (a) envolve o preenchimento de um questionário com informações sobre você e uma associação livre. A previsão de tempo para a realização deste processo é em média de 15 minutos.
- **Riscos e Desconfortos:** Não há riscos prévios à integridade física de qualquer um dos participantes; entretanto há a possibilidade de cansaço, estresse e da ocorrência de algum desconforto de ordem emocional em relação ao tema abordado. Caso isto ocorra, o procedimento será interrompido.
- **Benefícios:** Através da realização desta pesquisa será possível fortalecer a discussão sobre a relação que os indivíduos desenvolvem com a noção de direitos humanos e, possíveis desdobramentos, como questões sobre cidadania, democracia e políticas públicas. Além disto, na possibilidade de somar a outros estudos que possam contribuir para a maior compreensão deste fenômeno sempre serão de grande relevância no meio acadêmico e para a população em geral.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em pastas de arquivo, sob a responsabilidade das pesquisadoras no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua

participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

- Sim, eu aceito participar.
- Não, eu não aceito participar.

## ENTREVISTA

### UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “O que pensam os militantes sobre Direitos Humanos?” Um Estudo a partir da Teoria das Representações Sociais, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Alina M. M<sup>a</sup> Coriolano. A pesquisadora está sob a orientação de Maria de Fátima de Souza Santos e estão lotadas no Laboratório de Interação Social Humana no Departamento de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), 9º andar, Av. Prof. Moraes Rego s/n, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50670-901. Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

- **Objetivo:** Analisar a variação de posicionamentos sobre direitos humanos entre jovens militantes liberais e sociais.
- **Procedimento:** A participação do (a) voluntário (a) envolve uma entrevista composta por duas perguntas relacionadas ao tema direitos humanos. A previsão de tempo para a realização deste processo é em média de 30 minutos.
- **Riscos e Desconfortos:** Não há riscos prévios à integridade física de qualquer um dos participantes; entretanto há a possibilidade de cansaço, estresse e da ocorrência de algum desconforto de ordem emocional em relação ao tema abordado. Caso isto ocorra, o procedimento será interrompido.
- **Benefícios:** Através da realização desta pesquisa será possível fortalecer a discussão sobre a relação que os indivíduos desenvolvem com a noção de direitos humanos e, possíveis desdobramentos, como questões sobre cidadania, democracia e políticas públicas. Além disto, na possibilidade de somar a outros estudos que possam contribuir para a maior compreensão deste fenômeno sempre serão de grande relevância no meio acadêmico e para a população em geral.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa serão feitos por gravação de voz e ficarão armazenados em computador pessoal, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

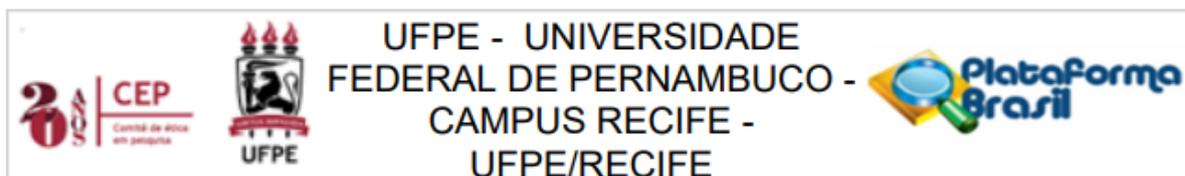
Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação).

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: **(Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).**

Sim, eu aceito participar.

Não, eu não aceito participar

## APÊNDICE E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** "O que pensam os militantes sobre Direitos Humanos? " Um Estudo a partir da Teoria das Representações Sociais

**Pesquisador:** Alina Mira Maria Coriolano

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 26649619.6.0000.5208

**Instituição Proponente:** CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.824.472

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de pesquisa para Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco orientado pela Profª Drª Maria de Fátima de Souza Santos. A problemática se refere à compreensão dos Direitos Humanos na sociedade brasileira atual. O estudo parte do postulado que apesar do tempo passado, o Estado Brasileiro ainda demonstra dificuldade em compreender, consolidar e garantir as proposições presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e na Constituição Federal Brasileira (CF) fazendo com que ainda circulem, na sociedade, equívocos acerca do que são e qual a função destes. A partir da matriz epistemológica compreensiva, a autora propõe uma investigação a partir da Teoria das Representações Sociais (TRS). Para este trabalho, a perspectiva utilizada será a proposta por Willem Doise: a abordagem societal. A pesquisa será circunscrita em Recife por ser o local de pertencimento da autora qui interroga as representações sociais que militantes de orientação liberal e militantes de orientação social têm sobre direitos humanos? Considerando que a temática dos direitos humanos é de fundamental relevância científica e social, o impacto social que esse trabalho propõe é contribuir com questões sobre cidadania, democracia e políticas públicas. Trata-se de uma proposta de estudo de natureza qualitativa e quantitativa, transversal e de caráter descritivo-reflexivo.

Para a realização deste projeto, será utilizada amostra por conveniência.

<b>Endereço:</b> Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde	
<b>Bairro:</b> Cidade Universitária	<b>CEP:</b> 50.740-600
<b>UF:</b> PE	<b>Município:</b> RECIFE
<b>Telefone:</b> (81)2126-8588	<b>E-mail:</b> cepccs@ufpe.br

**Objetivo da Pesquisa:**

Este estudo tem como objetivo compreender as representações sociais de militantes de orientação liberais e de orientação social frente a temática dos direitos humanos. Visa-se então Analisar a variação de representações sociais e posicionamentos sobre direitos humanos entre jovens militantes de orientação liberais e militantes de orientação social.

**Objetivos Específicos:**

- Identificar o campo comum das representações sociais de direitos humanos;
- Investigar os posicionamentos grupais acerca dos direitos humanos;
- Analisar as justificativas dos posicionamentos grupais sobre direitos humanos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Segundo a autora não há riscos prévios à integridade física de qualquer um dos participantes; entretanto há a possibilidade de cansaço, estresse e da ocorrência de algum desconforto em relação ao tema abordado. Caso isto ocorra, o procedimento será interrompido. Quanto aos benefícios, através da realização desta pesquisa será possível fortalecer a discussão sobre a relação que os indivíduos desenvolvem com a noção de direitos humanos e, possíveis desdobramentos, como questões sobre cidadania, democracia e políticas públicas. Além disto, na possibilidade de somar a outros estudos que possam contribuir para a maior compreensão deste fenômeno sempre serão de grande relevância no meio acadêmico e para a população em geral.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa bem escrita e bem documentada. Temática altamente relevante no momento atual tanto brasileiro quanto internacional

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos estão corretos e respondem as exigências do CEP/CONEP

**Recomendações:**

Sugere-se que a hipótese seja formulada assim: Partindo de projetos de sociedades diferentes, há diferença entre as representações sociais e posicionamento sobre Direitos Humanos entre os grupos estudados. E o objetivo geral assim: Analisar a variação de representações sociais e posicionamentos sobre direitos humanos entre jovens militantes de orientação liberais e militantes de orientação social.

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

não há pendências nem inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO para iniciar a coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via “Notificação”, pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link “Para enviar Relatório Final”, disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética, relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). O CEP/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1479881.pdf	06/12/2019 08:29:22		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclealinaassiacaolivres.docx	06/12/2019 08:29:02	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclealinaentrevista.docx	06/12/2019 08:27:54	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetodetalhadoalina.doc	06/12/2019 08:27:41	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Outros	Termo_de_Dispensa_de_Carta_de_Anuencia1.pdf	05/12/2019 19:28:21	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Maria_de_Fatima_de_Souza_Santos.pdf	02/12/2019 21:28:51	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Outros	Declaracao_de_Vinculo.pdf	02/12/2019 21:02:40	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Alina_Mira_Maria_Coriolano.pdf	02/12/2019 20:59:28	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_e_Confidencialidade.pdf	02/12/2019 20:29:15	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Assinada.pdf	02/12/2019 20:11:24	Alina Mira Maria Coriolano	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

RECIFE, 06 de fevereiro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Gisele Cristina Sena da Silva Pinho**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde  
**Bairro:** Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600  
**UF:** PE **Município:** RECIFE  
**Telefone:** (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br

**APÊNDICE F – OCUPAÇÕES DOS PARTICIPANTES A PARTIR DA IDENTIDADE  
DE GÊNERO**

	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Não-binárias</b>
<b>Ocupações</b>	Advogada Apoio Pedagógico Arteterapeuta Assistente Técnica de Projetos Bacharel em Direito Dirigente de Movimento Estudantil Economista Doméstica Educadora Social Estudante Fisioterapeuta Fotógrafa Licenciada em História Militante Nenhuma Produtora Cultural Professora Psicóloga Publicitária Servidora Pública	Assessor político Desempregado Educador não- formal Educador Social Engenheiro Escritor Estudante Historiador Pesquisador Poeta Professor Técnico em mecânica	Estudante

**APÊNDICE G – GRUPOS, INSTITUIÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS DE  
MILITÂNCIA NOS QUAIS OS PARTICIPANTES CONTRIBUEM**

Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras (es) de Relações Raciais e Subjetividades
Articulação Negra de Pernambuco
Associação de Mulheres Trabalhadoras
Associação Metropolitana de Ciclistas do Recife
Associação Recifense dos Estudantes Secundaristas
Círculo Socialista do Recife
Coalizão Negra por Direitos
Coletivo Amarna
Coletivo Cara Preta
Coletivo Encruzilhada
Coletivo Fala Alto
Coletivo Feminista Diadorim
Coletivo Luta
Coletivo Para Além dos Muros
Coletivo Pernambucano de Residentes em Saúde
Coral Antifa
Diretórios acadêmicos
Fórum de Mulheres de Pernambuco
Frente contra Criminalização das Pessoas com Útero e pela Legalização do Aborto
Frente Militante pelo Estado Democrático de Direito
Marcha da Maconha Igarassu
Marcha da Maconha Recife
Marcha Mundial das Mulheres
Meca Antifa
Movimento Correnteza
Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
Movimento de Mulheres Olga Benário

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto Brasil
Movimento Estudantil Nacional de Pedagogia
Movimento Lésbico do Nordeste
Movimento Negro Evangélico
Movimento por uma Universidade Popular
Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades
Núcleo Josué de Castro
Pátria Popular
Rede de Mulheres Negras de Pernambuco
Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
Torcidas Antifascista Unidas do Brasil
Torcidas Antifascistas Unidas do Nordeste
União da Juventude Rebelião
União dos Estudantes Secundaristas de Pernambuco
Zehut <sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Apesar de ter sido citada por um participante, o Zehut é um partido político de direita e que apoia posicionamentos liberais.

## APÊNDICE H – CAUSAS DEFENDIDAS DESCRITAS PELOS PARTICIPANTES

<b>Categoria Geral</b>	<b>Nomeações pelos Participantes</b>
Álcool e outras drogas	Antiproibicionismo, Legalização da Cannabis, Legalização das drogas ilícitas, Ressocialização de dependentes químicos.
Cidade e Mobilidade	Direito à cidade, Cicloativismo.
Cor e Raça	Negros/as, Combate ao Racismo, Antirracista, Antirracismo, Racial, Indígena, Contra o racismo, Questões raciais, Direitos dos negros, Povos originários, Causas de cor, Empoderamento Negro, Enfrentamento ao racismo, Pela vida da população negra, Igualdade racial.
Desenvolvimento	Criança e Adolescente, Juventudes.
Educação	Educação pública de qualidade, Movimento estudantil, Luta pela universidade popular, Educação pública.
Gênero e Sexualidade	LGBT, LGBTQIA+, LBTTI, LBTTQIA+, População LGBT, Contra a LGBTfobia, Bandeiras LGBTQI+, Direitos LGBTQ+.
Ideologias Políticas	Marxismo, Libertação nacional, Socialismo, Estado de bem-estar social, Nacionalismo, Emancipação popular, Anticapitalismo, Comunismo, Poder popular, Soberania nacional, Democracia, Sionismo socialista.
Meio Ambiente	Veganismo, Agroecologia, Natureza.
Moradia e Habitação	Divisão da terra, Direito a moradia, Movimento de moradia e ocupação urbana.
Mulheres	Combate ao feminismo classista, Feminismo, Luta feminista, Feminismo antissistêmico (antirracista, anticapitalista e popular), Feminismo popular, Feminismo anticapitalista decolonial, Direitos das mulheres,

	Direitos das mulheres negras.
População em Situação de Cárcere	Direito dos penitenciários
Saúde	HIV/AIDS e ISTs, Defesa do SUS, Luta antimanicomial, Redução de danos, Saúde pública de qualidade, Reforma psiquiátrica.
Trabalho	Luta de classe, Defesa dos trabalhadores, Direito dos trabalhadores, Pela emancipação da classe trabalhadora.

**APÊNDICE I – ATIVIDADES REALIZADAS ENQUANTO MILITANTES  
DESCRITAS PELOS PARTICIPANTES**

<b>Categorias Gerais</b>	<b>Nomeações pelos Participantes</b>
Comunicação e Divulgação	Manutenção de redes sociais, Eventos, Produção de vídeos e textos de posicionamento, Propagar ideias e projetos, Propaganda, Organização de eventos, Campanhas em torno de pautas específicas, Ciberativismo, Campanhas.
Criação, organização e funcionamento dos coletivos	Construção do Movimento Estudantil, Planejamento das atividades, Comprar coisas, Entregar documentos, Fazer relatoria de reunião, Articular com outros coletivos, Diálogo com outros grupos e pessoas de fora, Organização de ações, Mobilização, Formação política, Autogestão, Organização interna (metodologia de reunião, recuperação da memória do coletivo), Coordenação, Articulação política, Operacionalização de tarefas, Reuniões, Gestão financeira, Análise de conjuntura, <i>Advocacy</i> .
Eleições	Política eleitoral.
Estudo	Discussão teórica, Grupos de estudos, Estudos teóricos, Formações políticas, Organização de grupos de estudo, Cursos de formação política.
Participação com e na Sociedade	Protestos, Atos políticos, Reuniões, Aulas Públicas, Manifestações nos estádios, Manifestações em ruas, Debates com parlamentares, Debates comunitários, Mobilização de campanhas e ações coletivas, Panfletar, Conversar com a classe trabalhadora, Travar vias, Atuação política em sindicatos, Atuação política em associações e grêmios, Palestras, Ações comunitárias, Ocupações, Oficinas, Participação em audiências públicas, Distribuição de comida para pessoas em

	<p>situação de rua, Participação em movimentos na rua ou grevistas, Pressão política frente ao legislativo/executivo/reitoria (notas e cartas políticas, audiências públicas), Roda de debates, Articulação de grupos da sociedade civil, Debate político em rodas/cineclubes/rádio/mídias digitais, Intervenções urbanas.</p>
Práticas profissionais	<p>Pesquisas acadêmicas, Prática no CAPS, Artivismo, Educação popular e pedagogia feminista, Atividades culturais e oficinas em arte educação, Desenvolvo tarefas na área de saúde voltada a mulheres lésbicas, Dentro do meu fazer profissional busco pensar uma prática descolonializada.</p>

**APÊNDICE J – FREQUÊNCIAS MÚLTIPLAS DAS EVOCAÇÕES A PARTIR DA  
TÉCNICA DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS**

<b>Evocações</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem do Total</b>	<b>Row number</b>	<b>Percent of rows</b>
luta	16	5.93	15	27.78
liberdade	13	4.81	12	22.22
justiça	13	4.81	13	24.07
igualdade	12	4.44	12	22.22
direito	11	4.07	11	20.37
dignidade	9	3.33	9	16.67
vida	8	2.96	8	14.81
equidade	7	2.59	7	12.96
respeito	6	2.22	6	11.11
garantia	6	2.22	6	11.11
sociedade	4	1.48	4	7.41
humanidade	4	1.48	4	7.41
saúde	4	1.48	4	7.41
defesa	4	1.48	4	7.41
proteção	3	1.11	3	5.56
desigualdade	3	1.11	3	5.56
moradia	3	1.11	3	5.56
necessário	3	1.11	3	5.56
segurança	3	1.11	3	5.56
conquista	3	1.11	3	5.56
solidariedade	3	1.11	3	5.56
capitalismo	3	1.11	3	5.56
bem	3	1.11	3	5.56
política	3	1.11	3	5.56
fraternidade	3	1.11	3	5.56
universal	3	1.11	3	5.56
ir_e_vir	3	1.11	3	5.56
estado	3	1.11	3	5.56
racismo	2	0.74	2	3.7
valor	2	0.74	2	3.7
dever	2	0.74	2	3.7

bandido	2	0.74	2	3.7
importante	2	0.74	2	3.7
educação	2	0.74	2	3.7
cidadania	2	0.74	2	3.7
democracia	2	0.74	2	3.7
indispensável	2	0.74	2	3.7
cuidado	2	0.74	2	3.7
mínimo	2	0.74	2	3.7
pessoa	2	0.74	2	3.7
saneamento_básico	2	0.74	2	3.7
voz	2	0.74	2	3.7
todos	2	0.74	2	3.7
inerente	2	0.74	2	3.7
comunismo	2	0.74	2	3.7
básico	2	0.74	2	3.7
inalienável	1	0.37	1	1.85
seguridade	1	0.37	1	1.85
obrigatorio	1	0.37	1	1.85
lutas	1	0.37	1	1.85
exclusivo	1	0.37	1	1.85
injustiça	1	0.37	1	1.85
coletividade	1	0.37	1	1.85
governo	1	0.37	1	1.85
tirado	1	0.37	1	1.85
quem	1	0.37	1	1.85
empatia	1	0.37	1	1.85
soberania_popular	1	0.37	1	1.85
ineficaz	1	0.37	1	1.85
cuba	1	0.37	1	1.85
cárcere	1	0.37	1	1.85
amor	1	0.37	1	1.85
gênero	1	0.37	1	1.85
vulnerabilidade	1	0.37	1	1.85
aplicado	1	0.37	1	1.85
ser	1	0.37	1	1.85
guerra	1	0.37	1	1.85
memória	1	0.37	1	1.85

socialismo	1	0.37	1	1.85
mulher	1	0.37	1	1.85
constituição	1	0.37	1	1.85
acordo	1	0.37	1	1.85
complexo	1	0.37	1	1.85
preconceito	1	0.37	1	1.85
eurocentrismo	1	0.37	1	1.85
machismo	1	0.37	1	1.85
verdade	1	0.37	1	1.85
pena_de_morte	1	0.37	1	1.85
acesso	1	0.37	1	1.85
histórico	1	0.37	1	1.85
alimentação	1	0.37	1	1.85
desconforto	1	0.37	1	1.85
antirracismo	1	0.37	1	1.85
esperança	1	0.37	1	1.85
homofobia	1	0.37	1	1.85
emancipação	1	0.37	1	1.85
concessão	1	0.37	1	1.85
presídio	1	0.37	1	1.85
ativismo	1	0.37	1	1.85
constitucional	1	0.37	1	1.85
povo	1	0.37	1	1.85
resiliência	1	0.37	1	1.85
violência	1	0.37	1	1.85
revolução	1	0.37	1	1.85
negação	1	0.37	1	1.85
conhecer	1	0.37	1	1.85
desconhecido	1	0.37	1	1.85
utopia	1	0.37	1	1.85
companheirismo	1	0.37	1	1.85
burguesia	1	0.37	1	1.85
prosperidade	1	0.37	1	1.85
diversidade	1	0.37	1	1.85
realização	1	0.37	1	1.85
paz	1	0.37	1	1.85
violação	1	0.37	1	1.85

necessidade	1	0.37	1	1.85
resistência	1	0.37	1	1.85
pão	1	0.37	1	1.85
falta	1	0.37	1	1.85
social	1	0.37	1	1.85
compaixão	1	0.37	1	1.85
terra	1	0.37	1	1.85
amparo	1	0.37	1	1.85
lgbtti	1	0.37	1	1.85
sistema	1	0.37	1	1.85
desafio	1	0.37	1	1.85
raça	1	0.37	1	1.85
classe	1	0.37	1	1.85
proletariado	1	0.37	1	1.85
fundamental	1	0.37	1	1.85
favela	1	0.37	1	1.85